



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - FUNDOS DE PENSÃO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1705/15	DATA: 10/09/2015	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 10h02min	TÉRMINO: 14h58min	PÁGINAS: 111

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
ALEXEJ PREDTECHENSKY - Ex-Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos — POSTALIS.

SUMÁRIO
Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES
Houve exibição de imagens. Há oradores não identificados em breves intervenções. Há palavras ou expressões ininteligíveis. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis. A reunião foi suspensa e reaberta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Declaro aberta a 9ª Reunião Ordinária da CPI - Fundos de Pensão.

Encontram-se sobre as bancadas cópia da ata da 5ª reunião.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade de se fazer leitura da referida ata. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO ROCHA - Solicito dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Solicitada a dispensa pelo Deputado Rocha, coloco a ata em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a ata.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para a tomada de depoimento do Sr. Alexej Predtechensky, ex-Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos — POSTALIS.

Convido o Sr. Alexej a tomar assento à mesa, acompanhado de seu advogado, o Dr. Rodrigo Dalaqua.

Antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção dos senhores presentes para o procedimento que vamos adotar.

O tempo concedido ao depoente será de 20 minutos, não podendo ser apartado. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente na Secretaria. O Relator disporá de 30 minutos para suas interpelações; os Sub-Relatores, de 10 minutos; os Autores, de 5 minutos; e cada Deputado inscrito terá o prazo de até 3 minutos para fazer suas interpelações.

Para atender às formalidades legais, foi firmado pelo depoente termo de compromisso que integra o formulário de qualificação, de cujo teor solicito ao depoente que faça a leitura:

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Art. 203 do Código de Processo Penal.

Tem o Sr. Alexej a disponibilidade de usar o microfone da mesa ou o sem fio, como preferir.



O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Tem a palavra o Deputado Rocha.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente, quero saber se o depoente está na condição de testemunha ou de acusado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O depoente se encontra aqui na condição de testemunha, porque a sua condenação é no âmbito administrativo da PREVIC. Por isso, não há como firmar convencimento para esta Comissão.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Mesmo pesando contra ele a enormidade de denúncias?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito, Deputado Rocha.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. colocasse em votação, já que a CPI é um todo, se ele vai depor na condição de testemunha ou de acusado. Isso faz diferença, porque ele vai firmar o compromisso de falar a verdade perante esta Comissão, e eu acho importante. A minha posição é a mesma do Deputado Rocha, de que ele deve depor na condição de investigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Respeito a posição de V.Exa., Deputado Fernando Francischini, mas, sendo testemunha ou acusado, ele prestou o compromisso e tem a obrigação de falar a verdade sob pena de sofrer as sanções legais.

Porém, as condenações que pesam sobre ele ainda estão em âmbito administrativo na PREVIC. Não há judicialmente nenhuma condenação contra ele. Por esse motivo, por enquanto, aqui na Comissão, ele será ouvido na condição de testemunha.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - V.Exa. pode rever isso durante o depoimento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Posso rever isso durante o depoimento, dependendo da disponibilidade do Sr. Alexej, que imagino queira estar presente para contribuir com esta Comissão e responder às perguntas dos senhores



e das senhoras, não se furtando a esclarecer os fatos que pesam sobre a sua gestão, especialmente à frente do POSTALIS.

Com a palavra o Sr. Alexej Predtechensky por até 20 minutos.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Primeiramente, eu gostaria de saudar os componentes da Mesa, o Presidente, Efraim Filho, o Relator, Sergio Souza, e os demais Deputados presentes. Primeiro, eu gostaria de fazer uma pequena apresentação do meu currículo. Sou engenheiro civil, formado na escola politécnica da USP, em 1978, ou seja, há 37 anos. Tenho grande experiência em obras e gestão de grandes empresas. Atuei no POSTALIS como Presidente de fevereiro de 2006 a março de 2012.

(Segue-se exibição de imagens.)

O nosso pequeno roteiro hoje é abranger esses itens. Quando eu entrei, no início de 2006, o plano BD — Benefício Definido do POSTALIS — já estava deficitário, e, à época, era necessário um aumento de 120% na contribuição dos participantes. Isso já vinha há um certo tempo sendo prorrogado.

Nós começamos a trabalhar em função disso, em 2006 e 2007, e tivemos que saldar o plano BD. O que foi o saldamento? O saldamento foi o congelamento do plano naquele instante, em que todas as pessoas, todos os participantes mantiveram seus benefícios proporcionais àquela época resguardados. Foi criado em 2005... Quer dizer, todos os novos empregados da patrocinadora, da Empresa de Correios e Telégrafos que entraram na empresa a partir de 2005 já não aderiam mais ao plano BD, de benefício definido, e passaram a aderir ao plano PostalPrev, que é um plano de CD — Contribuição Definida. Acredito que hoje, basicamente, 99,9% de todos os planos existentes no sistema de previdência complementar privada são de contribuição definida.

As legislações que sempre nos regeram foram a Lei Complementar nº 108, de 2001, a nº 109, de 2001, a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.792, de 2009 — essa resolução foi emitida em 2009 exatamente em função da crise mundial de 2007 e 2008, que abateu o mundo todo —, o Decreto nº 4.942, de 2003, e os demais marcos regulatórios aplicados ao mercado financeiro, com regulamentação da CVM, Banco Central etc.



Os órgãos estatutários do POSTALIS ou de qualquer fundação têm conselho deliberativo, que é composto de seis membros, três sempre indicados pela patrocinadora e três eleitos, sendo que o Presidente é sempre um dos indicados da patrocinadora e tem o voto de qualidade no caso de empate. O conselho fiscal já é o contrário. Ele é composto de quatro membros, dois eleitos, dois indicados, e o presidente é sempre eleito. A Diretoria Executiva do POSTALIS é composta de quatro membros: Diretor-Presidente, Diretor Financeiro, Diretor de Seguridade e Diretor Administrativo. Eles são indicados pela patrocinadora, sabatinados e aprovados pelo Conselho Deliberativo. Por último, o Comitê de Investimentos é formado de pessoas qualificadas, indicadas ao Conselho Deliberativo, que aprova e nomeia os membros do Comitê de Investimentos. Bom, o equacionamento do déficit atual... Nós temos o... nesse equaci... (*ininteligível*)... Eu arredondei os números. Acho que foram até apresentados, na ocasião, pelo meu sucessor. Ele apresentou com os centavos, mas os grandes números são estes. Nós temos a parte do déficit, que é atuarial, que independe de gestão — ela depende da expectativa de vida, da mudança da... do que se chama da mudança lá da tábua de mortalidade, que é adotada nos cálculos atuariais... Também é influenciada... Porque o regulamento do POSTALIS, que vem da década de 80, de 81, época da sua fundação... Na época, em 81, não se falava em divórcio. Tinha o desquite, onde os cônjuges... Caso um participante se desquitasse à época, ele não poderia... fazer integrar a sua nova companheira no plano. Posteriormente, com a Lei do Divórcio, a coisa também começou a se desequilibrar um pouco, porque, se nós tomarmos uma pessoa, sei lá, de 45 ou 50 anos que se divorcia e se casa com uma pessoa de 30 anos, ou de vinte e poucos anos, você começa a ter uma pessoa muito mais jovem, que você tem... que o plano depois tem que sustentar por muito mais tempo. Isso não estava no cálculo inicial atuarial. Então, ao longo do tempo, só como exemplo, de 1981, no primeiro cálculo atuarial, a expectativa de vida...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, dê licença um minutinho. Eu costumo ouvir todas as pessoas que vêm aqui reclamar da longevidade. Isso é uma coisa absurda, Presidente! Ainda bem que nós temos longevidade! Querem o quê? Que as pessoas morram mais rápido? Eu não entendo



esses cálculos. Todo mundo reclama da longevidade. Ainda bem que temos longevidade! Pelo amor de Deus, Presidente! É meu protesto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - V.Exa., como grande defensor dos aposentados, tem todo o mérito para fazer essa reclamação.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Mas ele está falando do casamento com pessoa nova, não é?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não, é tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vamos seguir.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Deputado, eu também concordo. Eu também estou ficando velho, e espero viver mais também.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual é a idade do senhor?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Quase 60.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Tomara que o senhor viva até os 90!

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Eu agradeço. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Dr. Alexej está com a palavra.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Mas, Deputado, o importante é que essa expectativa de vida... E graças a Deus o povo brasileiro está vivendo mais... Como eu dizia, no início da década de 80, quando o plano foi instituído, a expectativa de vida, pelos órgãos de pesquisa — IBGE na época não me recordo se já se chamava IBGE — era de 62 anos, a expectativa de vida de um homem, média brasileira, e hoje é de 83 para 84 anos. Isso desequilibra tanto qualquer plano de previdência privada, como desequilibra a previdência do Regime Geral, o INSS. Nós estamos aí com problema também no INSS, e o mundo inteiro. Isto eu acho que é o grande desafio hoje da humanidade, de todos os governos: como é que o Estado social consegue encontrar uma situação de balanço, de equilíbrio, entre viver mais e sustentar mais? Depois nós temos a Reserva Técnica de Serviço Anterior, que é também lá da ordem de 1 bilhão e 90. Sobre esta eu gostaria de me alongar um pouco mais, porque, particularmente, na minha gestão, eu, a minha pessoa, debati muito isso. Inclusive — com licença, Presidente — eu achei um pouco estranha a posição do Sr. Carlos de Paula anteontem, quando ele titubeou em relação à RTSA.



A RTSA foi plenamente debatida, foi plenamente debatida inclusive na PREVIC, no DEST. Eu trouxe até um documento, que depois vou encaminhar ao senhor, em que consta autorização do DEST para o pagamento da RTSA, datado de 2010. Essa foi uma longa batalha lá, quase 1 ano de reunião, ida e vinda, até que saiu essa autorização. Então, eu estranho a posição do Sr. Carlos de Paula, quando ele titubeou ontem: é ou não é... Anteontem, como foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Durante as perguntas, nós vamos nos aprofundar sobre esse tema, e vai ser muito valiosa a sua contribuição, por ter vivido o momento da assinatura dos acordos sobre esse... sobre esse acordo e a negativa dos Correios e do Governo Federal, depois disso.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Bom, e tem as provisões dos investimentos. Esses investimentos, metade, 50% deles estão sob a responsabilidade do banco BNY Mellon, que tem total responsabilidade sobre esses investimentos. E a outra metade, que foram da carteira própria, foram investimentos feitos em decorrência principalmente da época conturbada, pós essa crise mundial, onde a SELIC estava baixando, a SELIC não dava o retorno adequado para cumprir a meta atuarial — e nós dirigentes somos proibidos de comprar um papel que, já de início, ele não... ele não cumpre o seu... a sua meta. Mas, por outro lado, o que que acontece? Todos esses investimentos, eles têm garantias reais, e garantias reais na ordem de 150% a 200% do valor envolvido. Ou seja, eles são plenamente recuperáveis. Eu gostaria aqui de demonstrar como é que funcionava, à minha época, o processo de investimento e o processo decisório do investimento. A proposta era sempre encaminhada através de uma instituição autorizada, quer dizer, uma DTVM, um banco, alguma instituição financeira autorizada pelas autoridades... Era feita uma pré-análise na... na Diretoria Financeira, se atendia logo de partida a estratégia ou tipo de campo de atividade, alguma coisa semelhante... Depois disso, era encaminhado ao Comitê de Investimentos, onde era registrada, tinha uma sequência de protocolo, e aguardava a sua análise de viabilidade. A Gerência de Aplicação, ela conduzia, dentro do Comitê, o processo de análise e emitia um parecer de avaliação para esse Comitê. O Comitê, reunido, avaliava a estrutura, os riscos, toda a parte envolvida para a sua realização, e recomenda ou não, se for o caso, ao Diretor-Financeiro. O Diretor-Financeiro/Diretor-Presidente acata ou não a



recomendação do Comitê de Investimentos. Acatando, vai para a Gerência de Aplicação, que dá andamento, e, se não acata, vai para o arquivo. Eu sei que foi falado em outras reuniões do alto grau de independência do Diretor-Financeiro, que tinha 2% do patrimônio que poderia decidir sozinho. Apesar de existir essa autorização, e essa autorização não era discricionária dele, foi dada pelo Conselho Deliberativo, no POSTALIS nunca houve um investimento que não passasse por todo esse processo. E sempre teve duas assinaturas. Qualquer pagamento no POSTALIS, até de uma conta de luz ou... qualquer pagamento — comprar uma resma de papel —, o cheque era feito e assinado por duas pessoas, sempre, sempre por dois diretores.

Bom, gostaria de falar um pouco sobre os autos aí e a PREVIC. Nós... o POSTALIS sofreu três fiscalizações: 2012, 2014 e 2015. Eu gostaria de deixar também bem claro isso. O período que foi fiscalizado, nas três fiscalizações, sempre foi o mesmo, ou seja, de 2012 para trás. E, da minha gestão para trás, nunca o POST... a PREVIC, mesmo na fiscalização deste ano de 2015, a PREVIC fiscalizou... Ela não fiscalizou nada de 2012, a partir da minha saída, não fiscalizou nada de 2013 e não fiscalizou nada de 2014 e 2015. Sempre para trás. Eu, particularmente, acho isso um pouco estranho.

A Solicitação de Informação de Documento, que é chamada de SID, que é um documento que a PREVIC encaminha ao órgão... ao instituto fiscalizado, solicitando os documentos, essas SIDs, na sua maior parte, elas foram devolvidas incompletas para a PREVIC. Em 2012, foram completas, com todos os investimentos, com todos os anexos. Tudo foi entregue, entregue em mídia digital. Neste ano, nós recebemos... No ano de 2012, nós recebemos 14 autos: 12 direto ao POSTALIS e 2 autos em relação ao Mellon, ao Banco Mellon, em relação ao POSTALIS. Mas um fato muito importante, que eu gostaria que os senhores atentassem: no relatório da PREVIC, que ela publica na sua página na Internet, no ano de 2012 a PREVIC aplicou 15 autos de infração, num universo de 367 fundos de pensão sob a sua gestão, sob a sua fiscalização. E, interessante, de uma maneira interessante, dos 15 autos, 14 foram para o POSTALIS. Parece que só o POSTALIS fez coisa errada.

Nas defesas. Quando nós fizemos... Esses autos, eles todos... a maior parte deles era... considerava desenquadramento, que a nosso ver eram



desenquadramentos passivos, inclusive com opinião legal, com pareceres jurídicos, e, na opinião da PREVIC, eram desenquadramentos ativos, sempre com cerceamento de defesa. Nós então falamos: “*Não, queríamos...*” Nós propusemos, queríamos fazer perícia: “*Vamos fazer uma perícia*”. Sempre nos foi negado. Então, o devido processo legal, o direito de defesa nos foi negado. E eu vou anexar inclusive alguns documentos que eu vou entregar ao Presidente onde consta essa negação de informação, inclusive de pedido de informação, que nos foi negado e contraria completamente as palavras do Sr. de Paula, anteontem, que dizia que... ou que diz que a PREVIC prega a transparência, a relação com os participantes, etc. Porque nós, no meu caso dos... dos... dos que receberam os autos, nós, além de sermos exigentes, de sermos partes do processo, nós também... Eu faço parte do POSTALIS, eu sou contribuinte do POSTALIS. Eu também sou membro do POSTALIS. Então, eu tinha direito, vamos dizer, nós tínhamos direito sobre dois aspectos: por ser parte e por ser participante. Isso foi-nos negado diversas vezes pela PREVIC.

Bom, o julgamento, em função disso... Os documentos que foram entregues, faltando documentos... Tem investimentos que a PREVIC alega: “*Ah, vocês não têm o rating*”. Quando o *rating* existia... E, se quisesse, poderia ter pedido para nós, os envolvidos, os apenados, no caso, ou então basta ir à página da empresa de *rating*, que ela... que todos os *ratings* que as empresas analisam estão lá disponíveis na página. Tudo isso é aberto. Nunca foi feito isso, e simplesmente nós recebemos a autuação porque não tinha a análise de risco, porque não tinha *rating*.

Os recursos, hoje nós estamos... a grande maioria está no CRPC, que é o Conselho de Recursos da Previdência Complementar, que é o órgão superior administrativo. Estão em andamento, e estamos esperando. E, obviamente, em função de nos sentirmos prejudicados nesse cerceamento de defesa, nessa condição que... que eu acabei de expor rapidamente, o caminho é judicializar esses... esses autos de infração. Bom, como é que funcionava o acompanhamento e o controle do POSTALIS?

Excelência... Presidente, eu peço mais uns 2 ou 3 minutos de extensão, por gentileza.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Terá a tolerância da Mesa para a conclusão.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - O acompanhamento era feito, de todos os investimentos, pela Gerência de Controladoria, Compliance... Tínhamos esse contrato exclusivo com o banco... Temos, não é? O POSTALIS ainda tem o contrato de administração fiduciária com o BNY Mellon, que fazia relatórios diários, semanais, mensais e acompanhamento de risco de todos os investimentos deles. A custódia era do Banco Bradesco, e ainda tínhamos sob contrato um dos escritórios mais renomados na época, de controle de risco, que era o RiskOffice, que fazia relatórios quinzenais e comparativos semestrais com os outros fundos que eles acompanhavam, para saber como é que estava o instituto em relação, vamos dizer, à média do setor. O *rating*, que é uma grande análise de risco... Nós estamos vivendo hoje, inclusive, a partir do anúncio de ontem da Standard & Poor's, em que o Brasil foi rebaixado... Então, o *rating* é uma grande... é um grande instrumento, é um grande sinalizador de risco. Nós estamos vivendo isso hoje no próprio País. Pela política de empreendimento, de investimentos, o *rating* exigido sempre foi no mínimo "A", e todos os que... Na linguagem das empresas de *rating*, o *rating* "A" significa baixo risco de crédito. Todos os investimentos feitos pela carteira própria do POSTALIS tinham *rating* "A". E, sempre, todos esses investimentos eram acompanhados de um parecer jurídico. Então, os investimentos questionados... O processo de investimento, ele foi adequado. Seguiu-se à risca toda a legislação, toda a norma interna, as normas externas do instituto, vigentes à época. Os desenquadramentos, na nossa opinião, e inclusive com opinião legal, e dos advogados, eram passivos. A PREVIC achava que eram ativos. Eu vou dar um exemplo. O Dr. de Paula falou, por exemplo, que o Banco do Brasil está desenquadrado em alguma... Banco do Brasil? Desculpe-me, que a PREVI está desenquadrada em algumas... em alguns investimentos. Isso inclusive consta no relatório anual publicado na PREVIC. Foi feito um TAC, um Termo de Ajuste de Conduta, que demorou 2 anos para ser negociado, para dar tempo de... de reenquadrar. No nosso caso, mesmo que, vamos dizer, prevalecesse a ideia da PREVIC de que é um desenquadramento ativo, mas não é doloso, sequer nos foi dada essa chance de reenquadrar. Simplesmente fomos apenas de imediato,



praticamente *ex officio*. A gestão própria, como eu disse, ela seguiu todas as recomendações, toda a legislação, e ela... ela tem a sua garantia dos investimentos, como está escrito aqui embaixo. Todos têm investi... garantia real, recuperável. Então, eu tenho certeza de que a atual gestão do POSTALIS está trabalhando com o seu departamento jurídico para a recuperação desses ativos.

A gestão... a gestão terceirizada, que é do banco BNY Mellon, ela tem a sua responsabilidade contratual clara, absoluta, de que ela é responsável, 100%, por qualquer coisa dentro da carteira. Então, essa responsabilidade é do banco, e o POSTALIS também está acionando, já inclusive com duas vitórias, na primeira e na segunda instância, em relação ao Banco Mellon.

Em linhas gerais, era isso o que eu gostaria de apresentar e de expor. Eu estou à disposição desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu é que agradeço, Sr. Alexej, a sua fala.

E, para inquirir o Sr. Depoente, concedo inicialmente a palavra ao Relator, Deputado Sergio Souza, pelo prazo de até 30 minutos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Bom dia, Sr. Presidente, caros Deputados e Deputadas aqui presentes, senhoras e senhores, Sr. Predenteshky...? Pre... Predtechensky?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Predtechensky. É melhor chamar só de Alexej, Excelência, fica mais fácil.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Predtechensky é um sobrenome ucraniano...?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Russo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Russo? No Paraná nós temos bastantes ucranianos e poloneses, sobrenomes parecidos.

Sr. Alexej, tem uma pergunta que nós temos sempre feito a todos os depoentes que ocuparam cargos nos fundos de pensão, porque há uma especulação de que seriam cargos de indicação política, e a gente sempre faz a pergunta: se é filiado a algum partido político e a qual partido, se é.



O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Eu não sou filiado a partido algum, e nunca fui.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Antes de o senhor ser diretor, um dos diretores do POSTALIS, o senhor ocupou algum outro cargo público?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor o foi do ano de 2006 a 2012.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Durante 6 anos.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Seis anos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Segundo dados que nós possuímos, nesse período é que o POSTALIS construiu o seu maior déficit, e é nesse período também que há o maior número de autos de infração produzidos pela PREVIC. E há uma notícia veiculada na... na imprensa dando conta de que V.Sa. seria amigo próximo do ex-Ministro Edison Lobão.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Eu sou amigo dele.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor mantinha contato telefônico, *e-mail* constantemente com ele ou com alguém da família?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não, mantinha contato com ele normal, social. Por *e-mail* não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor chegou a ser sócio do Márcio Lobão?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Cheguei, que é o filho dele, de 94 a 97, 98.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Que tipo de sociedade vocês mantinham?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Nós dois e mais dois companheiros, nós éramos sócios proprietários de uma concessionária BMW aqui em Brasília.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Houve alguma influência... Como que foi feita a sua indicação para o cargo de diretor do POSTALIS?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Eu fui nomeado pela patrocinadora e aprovado pelo Conselho.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quem indicou o senhor para esse cargo?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Na realidade, quem indicou esse cargo foi o ex-Presidente do POSTALIS Sr. José Teixeira, que também é meu amigo, quando o mandato dele estava vencendo. Ele entregou o meu currículo à Diretoria dos Correios, que fez um processo de seleção... Eu participei de algumas entrevistas e fui... fui convidado a assumir o cargo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Essa indicação, então, ela é... ela passa por um processo de seleção?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - É. A Diretoria...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Entrevistas políticas ou entrevistas técnicas?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Técnicas.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Atualmente, qual é a sua ocupação?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Excelência, atualmente eu estou desempregado, cuidando mais desses problemas todos aí.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Administrando o passivo.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - É.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Qual foi o motivo por que o senhor deixou o POSTALIS?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Pelo regi... pelo regulamento do POSTALIS, para toda a Diretoria o mandato é de 3 anos, renovável por mais 3 anos, e depois é a expulsória, depois não tem mais.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Está certo. O mandato máximo é de 6 anos.

Bom, tem vários casos que nos chegam desse período em que V.Sa. foi Presidente. Nós temos dados, assim, de que há já provisionado dentro da POSTALIS — provisionado é já relacionado com possível perda.... No balanço já está provisionado. Então, nós temos aqui, por exemplo, uma representação penal, que a PREVIC está promovendo, num período que envolve 52 tipos de investimentos, provisionamento de 1,4 bilhão em perdas, depois uma outra representação, 2,7 bilhões... E há notícias também da PREVIC de que teria em torno



de mais de 50 autos de infração que pesam sobre V.Sa., sobre diversos investimentos — levantamentos feitos mais recentemente, alguns inclusive até no ano de 2015. Entre esses casos, os mais emblemáticos... Temos aqui, por exemplo, o caso do Cajamar. O processo de aquisição de imóvel em Cajamar, São Paulo, se iniciou durante a sua gestão. Quem que apresentou a proposta de aquisição deste imóvel ao POSTALIS? Quais foram os motivos que levaram o POSTALIS a escolher aquele imóvel? Foram cogitados outros imóveis? Era um investimento já previsto pelo POSTALIS que iria ser na área imobiliária? E se houve outros imóveis, quais foram?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Excelência, eu gostaria até... Foi até bom o senhor ter mencionado isso. Anteontem, tanto o Sr. Carlos de Paula como o Sr. Taniguchi, apesar de serem o Diretor-Superintendente e o Diretor de Fiscalização — e, como bem disse o Presidente Efraim Filho, eles vieram para depor especificamente sobre esses assuntos —, não sabiam dos números e falaram números que não eram verdadeiros. Então, contra a minha pessoa, eu tenho... São 12, 9 e 6. São 21...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Vinte e sete.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Vinte e sete autos. Não existem 50 autos no POSTALIS.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Ah bom, então, tranquilo.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Pode ser que exista se somar de todo o histórico lá, de 15 anos atrás. Isso é uma coisa que eu também achei muito interessante no depoimento dos senhores da PREVIC, porque eles apresentaram sempre uma estatística de 2003, 2004, 2005, 2006... não a atual, em relação a todos os fundos. Então, não houve isso e eu gostaria que esta CPI perguntasse certo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Eles vão encaminhar a esta CPI toda essa documentação, se já não chegou.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - E, quanto a Cajamar, o que que aconteceu durante a minha gestão? Eu fui procu... o POST... Na realidade, a empresa Mascarenhas procurou os Correios, a ECT...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Não foi o POSTALIS. Procurou os Correios.



O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Procurou os Correios...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Procurou quem nos Correios?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não sei, a diretoria lá.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E a diretoria procurou o senhor?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quem da diretoria procurou o senhor?

Só lembrando, Sr. Alexej, que o senhor está sob juramento.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Sim, perfeito. A empresa precisava, na época, de um... De ampliação, de um centro de distribuição, e que de preferência deveria ser próximo ao anel rodoviário, em função das restrições de trânsito, de tráfego de caminhões dentro da área do perímetro mais central da cidade de São Paulo. Então, isso nasceu pela Diretoria Regional de São Paulo. Fui procurado lá.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Quem é a pessoa? Empresa não anda, não tem perna. Quem é a pessoa, o diretor? Quem te procurou?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - O diretor de São Paulo?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Quem é a pessoa que o procurou?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - O Diretor Regional de São Paulo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Como é o nome dele?

(Não identificado) - Em que época?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Isso foi uns 3, 4 meses antes de eu sair.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor sabe o nome dele?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - É...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Era o diretor dos Correios de São Paulo no final do ano de 2011. É isso?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor saiu em que dia de 2012?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Março.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Março?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - É. Eu não me recordo do número. Se eu me recordar, sinceramente, não...



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Não, a gente tem como procurar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não! Perfeito.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - É facilmente detectável isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Foi o diretor regional de São Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Esse não é o ponto crucial. Pode seguir com a exposição.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Então, na realidade, vamos dizer assim, a ideia de você, do POSTALIS ter um imóvel alugado para a própria patrocinadora...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Alexej, eu tenho um tempo para perguntas e tenho muitas perguntas para V.Sa. Então, vou lhe pedir que seja um pouco mais direto. Por exemplo, eu lhe perguntei se houve a indicação. O senhor já disse como aconteceu, quem apresentou a proposta — foi através dos Correios, o diretor de São Paulo. Quais foram os motivos para o POSTALIS adquirir o imóvel? Existiam outras opções na região?

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sr. Relator, tenha o tempo necessário para que faça as perguntas. Todos aqui entendemos, eu acho que também o Presidente. V.Exa. deve ficar à vontade.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só não pode ser *ad aeternum*. Mas seremos tolerantes.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Não será.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - “Semieterno”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Todos querem fazer questionamentos. O Relator tem prioridade, mas não pode correr frouxo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Eu faço como os colegas, 30 minutos de perguntas, e o senhor fica respondendo.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Eu vou procurar ser mais objetivo, então. Procurado, foi pedido para analisar a viabilidade, se aquele empreendimento, com os custos, seria viável ou não. Foi a única coisa que eu fiz.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Então, foi a construtora, foi a Mascarenhas que procurou os Correios, através de São Paulo, que chegou até o senhor, como diretor.



O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E a Mascarenhas depois foi escolhida a construtora para realizar as obras do módulo?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Aí já não sei.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Não foi no seu tempo?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não. Eu só fiz o... Nós só fizemos o primeiro estudo. Eu encomendei, eu assinei o contrato com a Richard Ellis para fazer a avaliação do empreendimento, porque aquilo não é um terreno, aquilo é um bem. Mas tem...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Tem aqui, para o senhor ter ideia, um dado do dia 26 de setembro de 2011. O senhor era o Diretor do POSTALIS nesse tempo? O POSTALIS recebeu uma proposta de construção, já incluído o valor do terreno pela construtora Mascarenhas?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Isso, isso. Foi nessa época. Então, eu recebi a proposta. Só receber a proposta não significa nada. Aí eu contratei...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Então, o senhor não pode me dizer que não sabe.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Como não?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor acabou de dizer...

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Eu não falei que eu não sei.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Falou sim.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Eu não sei se foi a Mascarenhas depois que foi contratada. A proposta foi da Mascarenhas; eu comecei falando da Mascarenhas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A contratação foi depois.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas a contratação para a execução da obra.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - A única coisa que nós fizemos, eu contratei a Richard Ellis, que é a maior empresa no setor imobiliário, para fazer a avaliação.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Vamos em frente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu vou ser tolerante, Relator. Quero esclarecer dois pontos: quem da Mascarenhas respondia por ela no contato com o senhor? O senhor sabe o nome?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Eu acho que é, se não me falha a memória, Antônio Carlos, uma coisa assim.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Estava aqui na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Certo. Só mais uma: o senhor sabe qual foi o resultado dessa avaliação da Richard Ellis.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Foi, se não me falha a memória, em torno de...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Foram 194 milhões está aqui também.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Em torno de 193, 194 milhões a 210, 205 uma coisa assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Esse foi o valor da aquisição. O valor do laudo da Richard Ellis me parece que foi menor. Mas o Relator segue. Só para V.Sa. refrescar, eu perguntei o valor da avaliação, que me parece ser diferente do valor da aquisição. É exatamente aí onde está essa zona cinzenta.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Eu acho que a avaliação é essa.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas aqui, para ficarmos na linha de perguntas, Sr. Presidente, a construtora Mascarenhas, então, chegou com uma proposta, mas não era a proprietária do imóvel naquele momento.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não sei, não sei.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E essa proposta já incluía a construção que ela queria fazer sobre o imóvel. Isso é fato?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Isso, porque não era compra de um terreno, era compra na modalidade BTS — *built to suit*, ou seja, porteira fechada, pacote fechado, entregava a chave para a empresa operar.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quem era o proprietário desse imóvel?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não sei.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas como o senhor faz uma avaliação e não lembra quem era o proprietário do imóvel?



O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Porque eu não entrei na fase de negociação, eu só fiz uma pré-avaliação... Eu comecei a fazer uma pré-avaliação. Depois, a finalização toda, essa parte documental de tirar certidão, de saber se a documentação está correta, quem é o efetivo proprietário, tudo isso não foi feito na minha época.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - É que é um valor substancial, não é?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não, eu concordo, mas não foi...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Nós estamos falando aqui de centenas de milhões de reais.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Mas não foi na minha época. Eu só...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Como não foi na sua época, Sr. Alexei?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Eu só...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O processo de contratação da compra desse terreno não começou no seu mandato?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não, ele começou, mas ele não...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A avaliação do imóvel foi feita no seu mandato?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Foi.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Então, como o senhor não sabe?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - A avaliação, o valor eu sei. Agora...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E qual é o valor da proposta apresentada?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - No, no, no...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Tá bom.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não, Deputado, eu sei o valor da proposta, sei o valor da avaliação. Isso já foi dito. Agora, eu não sei quem eram os proprietários, porque eu não fiz a pesquisa. Isso se faz já na hora, quando bate o martelo, assina o contrato, vão se tirar as certidões nos cartórios, a certidão vintenária. Isso não foi feito comigo. Eu não negocie o preço final.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Houve uma negociação casada então entre Correios, POSTALIS, proprietário do imóvel e construtora Mascarenhas?



O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Eu acredito que sim. Lá na frente sim; comigo não houve.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E por que a negociação intermediada pela construtora Mascarenhas não foi concluída na época da proposta apresentada?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Porque é um processo demorado, há um processo de avaliação, tem que submeter ao conselho deliberativo, no caso o projeto tinha que ser aprovado pelos Correios...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quanto tempo...

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - ...porque, como era um projeto *built do suit*, tinha que ser aprovado em detalhes pelos Correios, e isso demorou.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quanto tempo levou até a Latam Empreendimentos Imobiliários adquirir o terreno?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Eu desconheço a Latam.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Antes da compra pela Latam já havia negociação entre o POSTALIS e a Mascarenhas?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não. A única correspondência que eu recebi foi a correspondência da Mascarenhas, que se intitulou...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Como o senhor explica o fato de o POSTALIS ter adquirido um terreno da Latam — o senhor diz que desconhece a Latam, mas está aqui Latam Real Estate Brasil Empreendimentos Imobiliários Ltda. — por um valor superior a 194 milhões de reais poucos meses após a Latam ter adquirido um imóvel da Piazzano Empreendimentos Imobiliários pela quantia de 41 milhões e 707 mil reais?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Deputado, isso...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor entendeu?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Eu entendi.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A Latam comprou por 41 milhões da Piazzano e vendeu por 194 milhões. Como o senhor explica isso?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - É uma “miniPasadena”, Relator. É uma “miniPasadena”.



O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Deputado, eu não participei dessa negociação. Eu não sei. Isso não foi feito na minha época. É isto que eu quero dizer: isso não foi feito na minha época.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor foi Presidente do POSTALIS até que data?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Trinta de março.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Os dados que nós temos aqui é que essas negociações foram feitas em 2011.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não. Com a Latam? De jeito nenhum.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Que o processo teria iniciado na sua gestão.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - O quê? Com a Latam?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - É.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não, ele só iniciou com uma carta da Mascarenhas.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Só! Mascarenhas. Só!

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor está dizendo que a compra foi concluída posteriormente?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Totalmente.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Tá bom. *(Pausa.)*

Eu tenho outro dado de que houve um possível conluio entre as empresas Mascarenhas e Latam, porque houve um curto espaço de tempo entre uma negociação e outra. Tenho um dado também, que eu acho que Antônio Conquista nos trouxe aqui, de que essa diferença se daria porque o valor de 41 milhões era do imóvel nu, e a Mascarenhas entregaria o imóvel com uma construção em cima. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - As propostas apresentadas por ambas as empresas ao POSTALIS foram assinadas pela mesma pessoa, tanto a Mascarenhas quanto a Latam, que é o Sr. Antônio Carlos Barbosa, que o senhor



disse agora há pouco conhecer. O senhor mantinha contato constante, telefônico ou pessoal, com o Sr. Antônio Carlos Barbosa de Almeida?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor conhece os Srs. Marcelo Bicudo e Luiz Eduardo Monteiro Pires?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Nunca ouvi falar.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor sabe se... Bom, o senhor nunca ouviu falar? Tá bom. A outra pergunta, então, perde o seu objetivo.

O senhor disse também durante sua exposição que as agências de *rating*, as agências de riscos, eram sempre ouvidas, e isso dava segurança. Mas não é no mínimo suspeito que tantos investimentos de risco, de altíssimos riscos, e com perdas já provisionadas hoje pelo POSTALIS tivessem avaliações de uma mesma agência? Inclusive há dados de que ela fazia uma avaliação positiva no momento de oferecer esse produto e pouco tempo depois a avaliação caía sobre esses determinados produtos que eram oferecidos ao POSTALIS. O que o senhor pode nos dizer sobre isso? É seguro ouvir essas agências brasileiras de risco?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Excelência, os *ratings* eram de diversas agências, nunca foi só de uma agência. São uma meia dúzia de agências aí. Se elas depois modificavam, não tenho ciência disso. A ciência que eu tenho era do documento oficial que elas remetiam ao instituto. E, se é seguro ou não, elas são agências que trabalham nisso, são as únicas do setor. Isso é a mesma coisa de se perguntar hoje se a Standard & Poor's é segura ou não. Eu acredito. Eu não sei. É de se julgar que sim, estão habilitadas, têm registro, são autorizadas a trabalhar.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O POSTALIS só investia se tivesse o parecer dessas agências?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Só.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Nenhum caso sem o parecer dessas agências?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Nenhum caso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Como eram tomadas as decisões para investimentos? Qual era o grau de investimento? Que liberdade tinham seus diretores — por exemplo, conselho deliberativo, conselho executivo? Havia teto?



O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não — estava lá na apresentação —, até 2% a diretoria executiva tinha autorização; acima disso era o conselho em imóvel.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Dois por cento de quanto?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Do patrimônio, do PL — patrimônio líquido.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - De seis, em torno de 180 milhões.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Cento e vinte, 130 milhões.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Isso por operação?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Por operação.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - No volume, pode ser bilhões durante o ano.

Com relação à Operação Canabrava, o POSTALIS adquiriu 66 milhões em debêntures do Grupo Canabrava por meio de uma carteira própria e do Brasil Carbono Multimercado Fundo de Investimento, administrado pelo BNY Mellon Serviços Financeiros, também administrador fiduciário da carteira própria da entidade. Como foi procedida a tomada de tal decisão? Gerou prejuízo ao POSTALIS a Operação Canabrava?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - A Operação Canabrava, o investimento na Usina Canabrava foi um investimento feito, primeiro, tudo de acordo com o que eu apresentei ali, seguindo todas as análises, todas as análises de risco, toda opinião legal. À época nós vivíamos, digamos assim, o auge do setor do etanol, quando até o mundo reclamava que o Brasil plantava, usava terras aráveis para plantar cana, em vez de plantar alimentação. Acho que todos os senhores se lembram disso e da época em que se falava nisso. Foi um momento... É um investimento que tem garantia real. Eu estou falando, me referindo à carteira própria. Isso foi tudo analisado. Em relação à compra pelo Mellon, a responsabilidade é do Mellon.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Como se deu a escolha do Mellon para administrar ativos do POSTALIS?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Bom, o Mellon é a fusão dos dois maiores bancos do mundo em administração de ativos de terceiros, que é o Bank of



New York — Banco de Nova Iorque, que se fundiu com o Banco Mellon, formando o maior conglomerado do mundo. O Banco Mellon, o BNY Mellon, administra em mais de cem países um montante superior a 35 trilhões de dólares. Isso é quase três vezes o PIB americano. Então, é simplesmente o maior banco, o banco com maior expertise para esse tipo de atuação.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas como o senhor explica que no Brasil quase a totalidade dos investimentos de carteiras promovido por ele gerou prejuízo?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Eu... para mim...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E num momento de crescimento do Brasil.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Para mim é, não sei, gestão deles ou...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Havia uma unidade brasileira, BNY Mellon Brasil?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Sim. Eles têm três, acho que três empresas.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Os fundos de pensão auxiliavam o BNY Mellon na hora do investimento? Eles recomendavam? Faziam isso de forma conjunta?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não. A carteira, a carteira, a carteira que o BNY Mellon administrava tinha poder... o BNY Mellon tinha poder discricionário.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Como se deu a escolha da Usina Canabrava, a Operação na Canabrava? Como chegou até o POSTALIS?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Excelência, eu não lembro. Entrou pelos canais oficiais do banco estruturador na época. Olha, nós fizemos mais de, eu acho que mais de mil operações durante 6 anos. Então, eu não...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor conhece o Sr. Ricardo de Oliveira Azevedo?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Conheço.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quem ele é?



O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Ele era, na minha época, o gerente de aplicação, e depois ele foi diretor financeiro comigo 1 mês. Ele substituiu o Sr. Adilson.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Nós temos os dados aqui de que ele apresentou ao comitê um relatório de investimento de debêntures na Canabrava que teria...

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Isso já é interno, né? Quer dizer, isso é aquele caminho interno. Ele era o gerente de investimentos e...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E que o grau de risco mensurado pela LF Rating naquele momento dava a notação de a mais.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Que é considerada para fins de enquadramento na resolução da CMN como sendo de baixo risco de crédito. O prazo da emissão é de 8 anos e 6 meses, a taxa ofertada pelo emissor, pelo IGPM, mais 10% ao ano, finalizando... E ao final de toda essa — é lógico, houve a recomendação —, nós verificamos uma queda acentuada nessa nota e perdas significativas ao POSTALIS. Como vocês fazem? Confiam piamente nessas agências de investimentos? Há alguns outros fatores que levam em consideração na hora da contratação de operadoras, de estruturadoras?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Faz-se uma análise, primeiro, do mercado, do setor, do, óbvio, da agência, de como foi estruturado o investimento, as garantias. Aí tem garantia real...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Como vocês escolhem a agência? Como vocês escolheram a LF Rating?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Nós não escolhemos. Quem escolhe é o banco emissor que emite a debênture.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - É que há uma coincidência. Essa LF Rating praticamente era a única que oferecia serviços ao POSTALIS. Oferecia a todos os investidores que apresentavam uma carteira ao POSTALIS. Elas tinham a LF Rating como quem avalizava um bom grau de investimentos. Isso não se repete nos demais fundos.



O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não. Nós trabalhávamos..., eu me recordo que nós tínhamos relatórios da SR Rating, da...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas a LF Rating é a que detém a maior carteira.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não sei. Isso aí depende do banco emissor. Não é o POSTALIS que escolhe.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Entendi.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não é o... É o banco emissor que escolhe. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Nós estamos quase no final. O senhor já respondeu que não se lembra, não se recorda como foi feita a escolha do BNY Mellon. Mas a informação que nós temos é que o BNY Mellon detinha um percentual muito significativo das operações do POSTALIS e teria dado sua escolha durante o seu... Não estamos aqui dizendo o tamanho e a importância dele, estamos perguntando como se deu a escolha desse banco para ser um dos operadores do POSTALIS.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - A escolha foi feita, foi sugerida — diversos bancos —, foi sugerida ao conselho deliberativo. E isso foi aprovado pelo conselho deliberativo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Isto nós sabemos, que foi aprovado. Mas como ele chegou até o POSTALIS? Ele foi lá, ofereceu seus trabalhos? Chegou alguém e conversou com o senhor?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Ele já prestava serviços para o POSTALIS e...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Vocês resolveram aumentar a carteira?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - ...com a nova política de investimentos, se resolveu diversificar inclusive...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor manteve contato com o diretor no Brasil? O senhor o chamou para conversar, para aumentar a carteira desse banco?



O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não, nós tivemos contatos formais. Ele fez apresentação para o conselho deliberativo, como é que funcionaria, o porquê dessa estruturação.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Houve uma tomada de decisão por investimentos em dívida externa. Por que houve essa escolha?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Essa tomada de decisão, parte dela foi feita antes da minha entrada, na gestão anterior; e, depois, uma segunda parte foi feita já na minha gestão. A estratégia de você aplicar na dívida externa eram duas: uma que era uma aplicação em dólar, ou seja, você travava, você fazia um *head* em relação aos mercados, ao multimercado, ao mercado de ações. Normalmente, o mercado de ações, ele funciona como uma gangorra em relação à cotação do dólar: a Bolsa cai, o dólar sobe e vice-versa. Então, você fazia essa trava. E, estrategicamente, sempre se falou, desde aquela época, que o real estava sobrevalorizado. Sempre se contou, vamos dizer, com a possibilidade de ter um reajustamento, um realinhamento do dólar. E eram títulos brasileiros, ou seja, você também investia em títulos brasileiros, porque 80% da carteira obrigatoriamente era necessário comprar em títulos brasileiros da dívida externa.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas houve uma extrapolação no limite aqui do previsto na Resolução nº 3.792, de 2009, um limite que era de 25%, para pagamento de aportes em aplicação dessa natureza. Há também dados de que a Diretoria Executiva do POSTALIS teria extrapolado os seus limites legais de investimentos.

Depois, Sr. Presidente, eu vou fazer rapidamente, de forma geral, perguntas sobre dois investimentos. Mas, para finalizar, houve, por parte do POSTALIS, extrapolação dos limites legais de investimentos, especialmente pela diretoria executiva, dentro do seu patamar?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não, que eu me recorde, não. Em relação àqueles 25%, o que houve foi dentro da carteira uma valorização dos títulos. Então, eles desenquadraram o fundo passivamente. Dos 20% dos títulos, que eram títulos livres, podiam se comprar. E um outro detalhe foi o pagamento da taxa de administração. Você deposita no fundo e é sacado diretamente do fundo para pagar



taxa de administração ao banco. Naqueles minutos em que o dinheiro transita pelo fundo, há um desenquadramento de zero vírgula zero alguma coisa.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Com relação a Multiner, houve investimentos sequenciais de 2007 a 2014 em que há também provisionamento de perdas. Só em 2007, um prejuízo de cerca de 60 milhões de reais de um capital próximo a 728 milhões. Em 2008, novamente na mesma linha, 20 milhões em prejuízo e assim por diante. O que o senhor tem a nos dizer e por que o POSTALIS insistiu em investimentos na Multiner?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - A Multiner foi um fundo de energia, onde, se não me falha a memória, 12 fundos de pensão participavam. O segmento de energia é um segmento bastante interessante, tanto para os fundos de pensão, como necessários ao País. Esse provisionamento a que o senhor se refere, na realidade, é a fusão de diversas empresas dentro para compor o fundo. Ele está provisoriamente provisionado porque demorou a ser feito o *closing* da operação, da transferência das ações. Enquanto isso, a empresa deixou... Porque foi feita uma valorização da empresa num momento “x”. Então, essa empresa iria se fundir e participar do fundo. Enquanto não foi feito esse *closing*, essa transferência, ela parou de pagar. Parando de pagar, a lei manda provisionar, só que... E ela não podia pagar porque ela foi valorizada por “x”, se ela pagasse, ela seria “x” menos “y”, do que foi pago. Então, aí é só uma questão temporal de acertar, que isso volta para o ativo normal.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Uma última questão, Sr. Presidente, e me reservando sempre o direito de eventuais intervenções, Grupo Galileo. Esse é um grupo que tem sido recorrente nas falas, nas oitivas das testemunhas desta CPI. Também a imprensa veiculou e há notícia da investigação pela Polícia Federal até de encaminhamento à PGR de inquéritos nesse sentido. A notícia é de que foi uma negociação muito estranha, porque você investe, faz-se uma avaliação e a garantia eram as mensalidades do curso de Medicina. Se desse qualquer problema com o curso de Medicina, não haveria nenhuma garantia, seriam os recebíveis por aquele curso. Como de fato deu, quando o MEC suspendeu o curso de Medicina. Garantia real não existia. Então, a notícia — e há citação de alguns políticos de partidos diferentes — é que houve um conluio com políticos, o Grupo Galileo e o POSTALIS



e um eventual direcionamento para esse investimento. O que o senhor pode nos dizer a respeito do Grupo Galileo? O POSTALIS não conseguiu identificar um prejuízo evidente nesse caso? Há participação de políticos?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Primeiro, não há participação de políticos. Eu não tenho essa informação. Segundo, à época foi...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor leu, viu no noticiário algo a respeito? Saiu uma publicação na revista *Época*, *ISTOÉ*, na verdade.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Li. Mas, para mim, não condiz com a verdade. Eu desconheço qualquer influência política no caso. Em relação à tomada de decisão, na época, tratava-se de uma faculdade, a Gama Filho, uma faculdade tradicional do Rio de Janeiro, passando por uma necessidade de reestruturação, onde todo o processo de aquisição seguiu todo o caminho normal, foi aprovado, tinha garantias reais.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - De fato, é isto: as garantias reais são necessárias no momento de uma aplicação como essa.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E as mensalidades são garantias reais?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não, tinha garantias reais, tinha uns prédios dela que também estavam na operação. Depois é que... Aí que é interessante, e eu acho que os membros da CPI podem seguir em frente — e, como se diz, *follow the money*, segue o dinheiro —, porque tinha garantia real, atendeu a todos os riscos. E não podemos esquecer, Deputado, que, à época, vamos dizer assim, o FIES estava em plena atividade. Ela tinha uma carteira grande de alunos bancados pelo FIES. Então, ela estava numa situação em que ela precisava ser só reorganizada, e era uma das instituições mais tradicionais do Rio de Janeiro. Agora, depois do que foi feito pelo gestor lá da Gama Filho, Sr. Márcio — acho que Márcio Alaor, Márcio... alguma coisa assim, já não me lembro do nome dele —, aí é só seguir o dinheiro, porque o dinheiro foi colocado no caixa da empresa, e é só seguir o dinheiro que foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sobre essa questão do Galileo, o senhor conhece o Sr. Márcio André Mendes Costa?



O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - É o Márcio André. Esse que era o reitor e o administrador do Grupo Galileo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu só não entendi muito bem aqui, porque eu estava terminando a leitura...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor conversava por telefone com ele ou não?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - As garantias reais aconteceram no momento da assinatura inicial e depois elas foram dispensadas? Eu não entendi. Eu ouvi o senhor falando e me deu um lapso aqui.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Existiam garantias reais, existiam os prédios, existia um terreno lá no Recreio dos Bandeirantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quer dizer que isso, na assinatura do contrato, existia?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Isso está nos documentos, com certeza, que o POSTALIS nos enviou. Depois, a essas garantias reais, o senhor não sabe que destino foi dado? Ou seja, a sua alegação é que, no contrato com o Galileo teria havido uma substituição dessas garantias. Mas foi na sua época ou depois?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Foi depois, né? Inclusive, nós investimos em torno de 80 milhões, e foram pagos 45 milhões. Eles vinham cumprindo regularmente os pagamentos até o descredenciamento, que ocorreu em janeiro de 2013, uma coisa assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ou seja, quando do descredenciamento, as garantias eram as mensalidades, que, descredenciadas, não aconteceram. É interessante, Dr. Alexej — depois vamos querer nos aprofundar nesse tema —, que há informação inclusive de que esse percentual de 75% dessas debêntures... É um pouco dessa engenhosidade aí para a aquisição dessas debêntures, porque ficaram 75% para o POSTALIS, e me parece que os outros 25%...

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Foi a PETROS.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Foi a PETROS que entrou também no Galileo. Haveria, na época, segundo a Resolução 3.792/09, no seu art. 43, resolução da CVM, uma limitação de 25%, que era o que poderia o POSTALIS ter investido. O senhor tem alguma informação sobre aquisição além do permitido? E foi feita essa avaliação do comitê? Havia avaliação de risco do negócio?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Exatamente. A 3.792, em relação a uma empresa normal, comum, vamos dizer assim, você só pode comprar 25% das debêntures, de qualquer papel emitido por ela. No caso de uma SPE, você pode comprar até 100% dos papéis de emissão daquela CL. À época, a 3.792 permitia isso. E o Galileo é uma SPE.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O.k. Há muitas outras perguntas aqui. Com certeza, não vou tomar a linha do plenário, agora, eu só queria abordar um tema que me chama a atenção, tanto na participação do Dr. Conquista quanto, depois, na participação de Carlos de Paula, e, na sua explanação, o senhor já observou: as pedaladas fiscais dos Correios, a questão da RTSA.

Segundo o Dr. Conquista, era direito do POSTALIS ter o reconhecimento dessa dívida de 1 bilhão de reais, tanto que, apesar de ter ciência, em março de 2014 — coincidentemente, mera coincidência, ano de campanha eleitoral —, ele apenas ajuizou ação contra a direção dos Correios em janeiro de 2015, salvo engano.

Veio o Dr. Carlos de Paula aqui pela PREVIC, e, depois de muito arrocho, ele conseguiu falar que, enfim, a PREVIC era alinhada com a posição dos Correios, que é alinhada com a posição da DEST, que é alinhada com a posição do Ministério do Planejamento. Ou seja, um conselho que veio de cima para baixo — conselho de cima para baixo é ordem — fez retirar e deu um grave prejuízo ao POSTALIS, do qual o senhor é contribuinte também, de 1 bilhão de reais, uma pedalada fiscal que, num passe de mágica, retira do passivo dos Correios 1 bilhão de reais.

Disse o Dr. Carlos de Paula aqui, salvo engano, se a minha memória não me trai, que o que aconteceu é que os Correios entenderam que já haviam pagado essa dívida, e esse pagamento vinha acontecendo mês a mês.

O senhor foi a pessoa responsável pela assinatura, pelos tratos com os Correios na consolidação dessa dívida. Explique um pouco esse *modus operandi*



desses encontros, o que foi conversado, o que ficou acertado, com quem foi, como foi, em relação a que bateram o martelo, o que ficou escrito e qual sua avaliação sobre a postura dos Correios em 2014 em desconhecer essa dívida havia assumido.

Estou fazendo essa pergunta para adiantar, para não tomar o tempo de V.Exas., que, com certeza, têm outras perguntas, para não perderem tempo com essa explanação, em que principalmente os membros do POSTALIS, que estou vendo aí atrás, beneficiários, servidores, têm interesse.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Bom, Presidente, a história da RTSA, que é Reserva Técnica de Serviços Anteriores, ela começou com o saldamento. Na época do saldamento, quando se foi fazer o fechamento e o cálculo final, apareceu um primeiro número de em torno de 600 milhões. Refeito o cálculo depois pelos atuários, esse número subiu para um e quatrocentos. Aí nós ficamos discutindo com a empresa qual era o valor. O Conselho de Administração da ECT solicitou uma auditoria independente. Fora da nossa auditoria atuarial, que se fizesse uma outra auditoria para confirmar os números. Essa auditoria foi feita e foram confirmados os números. Com esses números, isso foi encaminhado, já no final de 2009...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quem fez essa auditoria independente? O senhor se recordaria?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Foi a Rodarte, empresa Rodarte, de Minas Gerais. Esse parecer foi encaminhado à DEST. E eu tenho aqui em mãos, que, mais tarde, então, eu entregaria ao senhor, uma carta da DEST...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não, só... Ele só disse... E inclusive assinada na época pelo Diretor da DEST, e com a nota técnica, onde ele confirma que a dívida é de um e quatrocentos, um quatrocentos e pouco na época. E, a partir dessa data, os Correios começaram a pagar. Aí nós ficamos discutindo com os Correios se a dívida era financeira ou se era atuarial. Eu sempre defendi que ela fosse atuarial, porque, exatamente como... O Deputado não está aqui *(riso)*. Mas, com o crescimento da expectativa de vida, essa dívida iria aumentar mais do que se fosse atrelada ao financeiro. Mas os Correios começaram a cumprir a sua parte e pagavam um determinado valor por mês. Quando eu saí, trocamos minutas de contrato e tudo. E ele veio honrando, até essa data que o senhor mencionou, e



parou de pagar. Não sei por que parou de pagar. Agora, obviamente... Outra coisa que nos deu tranquilidade mesmo não tendo contrato, enquanto nós discutíamos a natureza, se era financeira, atuarial e tudo, mas o que nos deu tranquilidade em relação a esse assunto foi que os Correios provisionaram no seu balanço. Então constava no balanço, em nota técnica dos Correios. E ficou isso em 2010, 2011, 2012. Então, já era uma forma de que os próprios Correios estavam reconhecendo, se eles publicaram no seu próprio balanço isso. Era só uma formalidade acabar de discutir os temas do contrato e assinar o contrato. Chegando em 2014, como o senhor se referiu, foi suspenso. Eu acho que deve ter vindo alguma ordem, alguma coisa. Eu sei que o desprovisionamento causou um benefício no balanço dos Correios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu posso ter acesso ao material? (*Pausa.*) Só para dar conhecimento aos senhores, é papel timbrado do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, assinado pelo Dr. Sérgio Francisco da Silva, diretor, em 30 de novembro de 2010, em que manifesta favoravelmente sua conclusão em relação ao assunto, bem como suas recomendações. Ao final diz:

“Diante do exposto, visto que o saldamento do PBD Plano de Benefício Definido se mostra vantajoso do ponto de vista econômico-financeiro, sugerimos que este departamento se posicione favoravelmente à contratação da dívida referente à RTSA nos prazos e condições estabelecidas na Resolução CGPC nº 18, de 2006, conforme disposto no item 23 acima, confirmando, assim, a homologação do Plano de Custeio em Plano de Benefício Saldado — PBD Saldado, relativo ao exercício de 2009, assim como relativo ao exercício de 2010.”

No item 23, ele diz o seguinte:

“Considerando que o valor da aludida RTSA de R\$929.987.761,00” — praticamente R\$ 1 bilhão —, “data-base de 31/07/2010, é de expressiva monta e que não há necessidade de seu aporte integral, tendo em vista que a situação favorável de seu (ininteligível) promoverá o Plano PBD, sua contratação deverá ser financeira, respeitando o prazo máximo estabelecido no Item 10 da Resolução antes mencionada, tendo em vista que, em casos eventuais de déficits futuros, sua cobertura deverá obedecer a paridade contributiva”.



Então, vamos analisar detalhadamente, mas há indício forte de que houve, por parte do Ministério do Planejamento, o reconhecimento dessa dívida.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Uma última pergunta: o senhor conhece o ex-Presidente Lula?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor não esteve com ele em um evento sobre a RAESA...

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Estive.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - ...onde ele fez uma saudação bastante calorosa?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não, ele fez mas... O protocolo lá passou o nome para ele, mas conhecer ele eu não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Diz-se que o Presidente Lula fez um grande discurso sugerindo que os fundos de pensão — e ele se referiu especificamente ao senhor e ao POSTALIS — preferissem a aplicação em projetos de infraestrutura do que em títulos públicos. E o POSTALIS tomou exatamente essa decisão. O senhor seguiu de algum modo a orientação do Presidente Lula sobre esse encaminhamento?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não, de forma alguma. O que o POSTALIS... o que nós fizemos foi, óbvio, nós investimos em infraestrutura. Infraestrutura, além de ser necessária ao País, é um bom negócio ao investidor, basta ver estradas... Mesmo o setor elétrico, que foi penalizado mas hoje está sendo recuperado, é um... é um setor interessante. Agora, com a sucessiva queda da taxa SELIC que aconteceu no Governo Lula e no início do Governo da Presidente Dilma, teve um momento em que os títulos públicos não eram atrativos. Você não podia... Eles não cumpriam a meta atuarial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

Só para lhe dar ciência, então, aqui o jornal do POSTALIS de 2007: *Presidente Lula inaugura termelétrica RAESA. Companhia conta com investimento do POSTALIS.* Isso me dá notícia de que esse investimento foi negativo, deu prejuízo ao POSTALIS. Sabe informar do resultado do investimento RAESA?



O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não... Esse investimento foi o que eu expliquei agora há pouco, que ele estava sendo fundido na Multiner. Era só uma condição temporal do *closing*, de transferir as ações, e que deixou de pagar CCBs, as mensalidades. Isso é facilmente sanável, se já não está sanado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É, me parece que ainda não está sanado, e então vou lhe dizer que realmente o cerimonial...

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Inclusive, no relatório da PREVIC, ela faz essa menção e... que considera isso um fato... questão só de tempo, que não tem problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Porque aqui, só para o conhecimento dos senhores, em discurso em 18 de dezembro de 2006, coincidentemente, aqui na foto, o Presidente do POSTALIS, Dr. Alexej, e o Presidente da PETROS, Sr. Wagner Pinheiro, que hoje é o Presidente dos Correios, ambos aqui saudados. E aí ele faz um discurso aqui onde diz o Presidente Lula, à época:

“Eu quero fazer, aqui, em nome do meu governo, em nome dos meus ministros e em nome do povo brasileiro, um agradecimento aos empresários que estão acreditando nisso, aos Fundos de Pensão que, aos poucos, estão deixando de ganhar dinheiro com a taxa Selic, aplicando em títulos do governo, aplicando dinheiro em infraestrutura, ganhando dinheiro, na verdade, e aumentando a capacidade de produção do nosso País. Eu espero que essa vontade de investimento dos Fundos de Pensão aconteça cada vez mais, porque quando formos diminuindo a taxa de juros, vai diminuindo a possibilidade de ganhar dinheiro fácil e vão ter que procurar investimentos produtivos (...).”

Esse era o cenário de 2006.

Muito bem, com a palavra o Sub-Relator, Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Presidente, eu gostaria de fazer breves comentários no tempo da Liderança, e, quando eu começar a inquerir, dos meus 10 minutos como Sub-Relator. Mas serei breve nos comentários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. V.Exa. tem 5 minutos, agregados ao tempo de Liderança.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Dr. Alexej...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só um instante, por favor.
(Pausa.)

A gente só disse que vai precisar interromper quando for necessário. Lógico que a Mesa o liberará, para uma rápida suspensão dos trabalhos.

Com a palavra o Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Dr. Alexej, sua presença aqui sinaliza, até segunda ordem, a intenção de colaborar com a CPI. O senhor mesmo reconheceu que a sua situação pessoal é delicada. O senhor está desempregado, cuidando de administrar esse passivo.

O senhor é... A sua gestão... O senhor... estão sendo objetos de um procedimento investigatório criminal no Ministério Público, ancorado não só em denúncias de associados ao POSTALIS, como também da CVM e da PREVIC. Sua situação pessoal não é confortável, imagino. O senhor vai ter... Estamos em uma democracia, e o senhor vai ter amplo direito de defesa, mas eu queria fazer uma interpelação muito enfática no sentido de que, se o senhor estivesse a serviço de alguém, sendo instrumento de alguém, ou se tiver sido traído por alguém no processo operacional da gestão dos recursos, o senhor aproveitasse esta chance e colaborasse com o País, que está farto de tamanha corrupção e quer ver-se passado a limpo.

Na leitura psicanalítica, uma das formas de se pegar o fio da meada da verdade é o que Freud chama de ato falho. Não sei se o senhor percebeu, mas o senhor cometeu um ato falho. Ao reclamar da PREVIC, o senhor disse que *“parece que só a POSTALIS fez coisa errada”*. Ou seja, está subjacente ao texto que a POSTALIS fez coisa errada.

A Lei de Murphy parece ter se tornado uma realidade. Para quem não sabe, a Lei de Murphy é aquela que diz que, se alguma coisa pode dar errado, vai dar errado. A POSTALIS se transformou na maior materialização da Lei de Murphy que eu conheço. É desastroso o processo todo que leva hoje o maior fundo, em termos de número de participantes, a estar numa situação de pré-insolvência, tendo que fazer chamada, sacrificando os nossos carteiros e funcionários dos Correios, que são os únicos que não podem pagar o pato.



Eu gostaria de fazer muitas perguntas — são 18 perguntas. Eu gostaria que o senhor anotasse e respondesse cada uma delas. O senhor me perdoe, porque são muitas perguntas. Geralmente, quando nós fazemos uma resenha, um comentário, uma crítica sobre uma obra, ela é proporcional ao tamanho da obra. E a obra da POSTALIS, o tamanho do problema, parece mais uma obra completa do Victor Hugo ou do Machado de Assis. Não que mereça Nobel ou Oscar, mas me obriga a essa inquirição.

Então, eu passo a fazer as perguntas — vou fazê-las de forma pausada — e gostaria que o senhor as anotasse, para poder responder no momento subsequente.

Primeira pergunta: algumas coisas já foram esclarecidas, como as suas relações com a família do Ministro Lobão, mas algum parente trabalhou ou trabalha no Governo Federal?

Segunda pergunta: o senhor conhece o Fabrício Neves, dono da Atlântica Asset? Os fundos administrados por dessa operadora de mercado receberam importantes aportes da POSTALIS. Um fundo, o Brasil Sovereign, recebeu 371 milhões. Qual a motivação desses investimentos? O senhor sabe, ou sabia, dos processos que o Dr. Fabrício Neves está sofrendo nos Estados Unidos por suas operações arriscadas e exóticas em que a POSTALIS acabou se transformando numa sócia-parceira e de seus acordos na Justiça americana, que comprometem, que vão ser objeto de processamento nesta CPI? Então, a segunda pergunta é sobre Fabrício Neves.

Terceira: qual a sua ligação pessoal, não institucional, com o diretor financeiro Adilson Costa? Como é que o senhor caracteriza essa ligação?

Quarta: como o senhor explica essas inúmeras notificações da PREVIC à sua gestão? O senhor revelou um incômodo com isso. Todos os que vieram aqui, entidades ligadas ao sistema de previdência complementar, todos, inclusive outros fundos, afirmaram que a POSTALIS é um ponto fora da curva. Como o senhor se sente diante dessa predileção da PREVIC e dessa afirmação que já foi feita diversas vezes aqui?

O que o senhor nos diz sobre a LATAM e suas notas estruturadas, operações de alto risco e baixíssima qualidade? Essa é a quinta pergunta.



A sexta: o senhor tem alguma empresa sediada nas Ilhas Virgens? É verdade que existe essa empresa? Aqui há denúncias e afirmações de atores do processo no sentido de que ela serviu para circulação de recursos de corrupção e pagamento de propina. O que o senhor tem a dizer sobre isto? Spectra Trust: existe essa empresa?

Sétima pergunta: o senhor praticou fracionamento de investimentos para fugir das regras de governança? Havia esse limite de 120 milhões, mas uma das questões que a PREVIC levanta é que, sistematicamente, para não se submeter ao Conselho Deliberativo um mesmo investimento, superando o limite de autonomia dos Diretores — do Diretor-Presidente, do Diretor Financeiro e do Diretor de Investimentos —, você fracionava. Isso, no processo licitatório, também é condenado pela Lei nº 8.666. Então, pergunto se havia o processo de fracionamento para fugir das regras de governança. Essa é a sétima pergunta.

Oitava pergunta: eu acho que a questão BNY Mellon já está... Nós vamos conversar sobre isso, mas é de se estranhar que um dos maiores bancos do mundo e um dos maiores bancos americanos tenha promovido essa balbúrdia na POSTALIS. Isso é uma coisa... Eu tenho informação, como economista, e eu quero compreender isso, porque é um case que dá tese de doutorado.

Nova pergunta: o senhor conhece Milton Lyra? Como o senhor analisa — o senhor já adiantou — o malsucedido investimento na Galileo? E como ele foi parar... Diz-se que ele teve uma ação prévia e depois foi dirigente da própria Galileo Educacional. Foi ele que apresentou o investimento à POSTALIS?

Décima pergunta — na verdade, nona, porque eu suprimi a do BNY Mellon: como o senhor analisa a venda e depois o aluguel da sede da POSTALIS, em Brasília? Como o senhor analisa a autuação da PREVIC sobre essa operação, as multas aplicadas e a inabilitação decorrente? Qual o sentido de vender e alugar o imóvel, num fluxo claramente desfavorável à POSTALIS?

Décima questão: com que prazo eram feitas as avaliações de imóveis antes da alienação? Pergunto isso porque o mercado é volátil, existem momentos de montanha-russa, altos e baixos. Qual é esse prazo? Porque, na sua gestão, eram veiculadas notícias de laudos de até 2 anos.

Suprimi também uma pergunta sobre filiação partidária, que o senhor já respondeu.



Décima primeira questão. É muito importante o senhor falar com clareza sobre isso, porque não podemos levar em conta só o que a imprensa publica ou o que é comentado, mas se disse sempre que havia um mecanismo centralizado de coordenação dos fundos. Dizia-se até que o ex-Ministro Gushiken, já falecido — com todo o respeito faço esta pergunta —, e, depois, o Ministro José Dirceu fazia um processo coordenado. Não estou afirmando isso, mas me chama muito a atenção como três fundos — SERPROS, POSTALIS e PETROS — convergem para um investimento de baixíssima qualidade como o Canabrava. Havia coordenação? Como está essa convergência? É Sete Brasil, é Canabrava, é BVA? A realidade indica um processo coordenado de investimentos, porque, se fosse *blue chip* — se fosse PETROBRAS, Vale, EMBRAER ou qualquer fundo estruturado: do Itaú, do Santander, do Bradesco — nós entenderíamos. Agora, achar uma usina de cana-de-açúcar num péssimo momento microeconômico do álcool e do açúcar, de um empresário sem nenhuma tradição, e três fundos irem lá e alavancar um negócio que está em perdas, tentando ser recuperado?

Décima segunda: o senhor tem negócios com empresas em que o POSTALIS investiu, hoje? Qual a sua atividade? O senhor falou que está desempregado, cuidando de administrar esse passivo pessoal. Mas o senhor tem algum negócio com empresas que...

Décima terceira: o que o senhor tem a dizer sobre os investimentos que eu vou citar: as aplicações nos fundos do Trendbank, na RAESA, que já foi mencionada, e na Rio Nave? O senhor sabe quem são os donos? Houve alguma influência externa? O evento com o Presidente Lula já foi mencionado.

O Fundo Serengeti e o São Bento, a PREVIC já notificou? São investimentos também questionáveis.

Sobre a Compact Indústria e Comércio Ltda., eu queria que o senhor comentasse a qualidade e por que a opção de nela investir. Há tantos outros que deram prejuízo que fazem parte dessa constelação que resultou nesse desastre!

Décima quinta: por que o senhor acha que o Ministério Público Federal instaurou o processo administrativo criminal contra a sua gestão? Por exemplo, ancorado em denúncias da CVM, reconhecimento sobre a Tetto Habitação S.A., operações complicadas com FCVS — Fundo de Compensação de Variações



Salariais, do Sistema Habitacional. E a PREVIC também identificou isso. O que o senhor tem a dizer sobre o conjunto da obra? A CVM inclusive aponta essa questão da Tetto Habitação, essas operações com FCVS, sempre em prejuízo do POSTALIS.

Décima quinta: vocês — o senhor está sob juramento — realizaram pagamento em cascata aos fundos de investimento nas taxas de administração?

Décima sexta: eu queria uma lista de pessoas. Eu queria que o senhor dissesse, nesses anos todos, desde que assumiu o POSTALIS, em 2006, e até antes, de 2003 para cá, que é o objeto da nossa investigação, se o senhor teve contato telefônico, por *e-mail*, por mensagem ou presencial com as seguintes pessoas — se o senhor conhece ou teve contato por esses meios: Youssef, o ex-Ministro Gushiken, o ex-Ministro José Dirceu, Fernando Baiano, Edison Lobão, Vaccari e Renan Calheiros.

Por último, o senhor há de convir que o resultado não é nada alentador para o POSTALIS e para os funcionários dos Correios. Como o senhor distribui as responsabilidades entre a Diretoria, o Comitê de Investimento, o Conselho Deliberativo, o Conselho Fiscal, a Gestora BNY Mellon, gestores de fundos de investimento, avaliador de risco? Por que a Lei de Murphy se materializou de forma tão completa no POSTALIS?

Já que há representantes dos funcionários dos Correios, o senhor gostaria de aproveitar esta oportunidade para pedir desculpa a eles?

Muito obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço pelo cumprimento do tempo. Espero que os outros o sigam.

Com a palavra o Dr. Alexej. Foram muitas perguntas. Pedimos que seja, o quanto possível, objetivo nas respostas.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Bom, a primeira coisa que o Deputado perguntou, se existia alguém que me traiu ou que tivesse mando sobre a minha pessoa ou o instituto, não teve ninguém. Nunca teve. O senhor me perguntou se eu já tive algum parente que trabalha ou trabalhou no Governo. Tive. A minha filha trabalhou no Ministério, foi indicada pelo Ministro Lobão, no Ministério das Minas e Energia. Trabalhou lá acho que 1 ano e meio, 2 anos, uma coisa assim. Se eu



conheço Fabrizio Neves? Conheço. Conheço, como eu conheço todos os gestores. Conhecia todos os gestores que operavam, terceirizados ou não, que operavam, trabalhavam com o POSTALIS, até porque eles eram obrigados a, semestralmente, fazer apresentações ao Conselho Deliberativo, Fiscal, aos órgãos estatutários. Motivação de investimento, que o senhor perguntou.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Em relação ao Fabrizio.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Ao Fabrizio? Então, eu, quando entrei, o Fabrizio já era... já prestava serviço para o POSTALIS. A motivação de fazer o investimento no exterior, eu acho que eu respondi ao Presidente ou ao Relator que era um *hedge* para o mercado, para o multimercado, para o mercado de ações, e a gente... sempre se falou na sobrevalorização do real. Só para o senhor ter uma ideia, o preço médio do dólar investido na época era de 1,80. Se não houvesse essa fraude e o Banco Mellon não tivesse deixado passar um elefante debaixo das pernas, esse fundo hoje estaria com mais de 1 bilhão de reais. Então, essa foi a estratégia. Então, infelizmente ela não ocorreu, não por falha nossa, mas realmente por um crime, um crime associado a uma falha de controle do Mellon e da sua responsabilidade por isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A acusação de crime qual era, Dr. Alexej? Só para ficar bem claro, porque eu acho que passou *en passant* aqui para muitos.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não, que o Sr. Fabrizio, ele simplesmente, apesar de estar proibido na época — eu vou relatar isso com mais detalhes mais para a frente —, ele estava proibido de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas pode relatar agora.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Tá. Ele estava proibido, inclusive por uma carta do Mellon para nós e para ele, dizendo que ele só poderia... Essa carta é de maio de 2010. Também vou entregar isso à Mesa, ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu gostaria.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Onde o Mellon diz: *“Olha, o Fabrizio, a Latam e a Atlântica, eles estão tendo um processo investigatório da CVM”*. Não diz o que é, porque corre... nem o Mellon tinha acesso, corre em sigilo. *“Mas, por precaução, nós vamos bloquear o fundo, e qualquer movimentação do fundo, ela só*



será possível com autorização expressa nossa, Mellon, e de vocês, POSTALIS". E pediu, mandou essa carta para nós; nós demos o de acordo. Chegou em dezembro de 2010, no final do ano, o Sr. Fabrizio, não sei como — aí é o Mellon, os controles do Mellon que... —, ele trocou todos os títulos da dívida brasileira e comprou títulos da Argentina e da Venezuela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor sabe os valores que ele comprou desses títulos?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Ele trocou toda a carteira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Toda a carteira. Qual era o valor da carteira?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Agora não me lembro. Era...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Em torno de...?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Era de duzentos e... Acho que oitenta, trezentos milhões, alguma coisa assim.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O POSTALIS chegou a colocar 371 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Isso de reais, não de dólares?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - É. De reais, de reais.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Numa operação de *hedge*, para garantir... É um seguro quanto à flutuação cambial. Mas era melhor fazer no Chase ou no Safra do que fazer com o Dr. Fabrizio.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não, na realidade nós não estávamos fazendo com o Dr. Fabrizio. Nós estávamos fazendo era com o Mellon. O Mellon era responsável pelos seus gestores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Em alguns artigos de imprensa, o Mellon chega a cogitar que teria havido, por parte do POSTALIS, uma autorização direto com o Fabrizio, passando por fora. Isso não procede, não é?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Primeiro, não procede. Segundo, vamos até raciocinar por absurdo. O contrato que o POSTALIS tinha era com o Mellon. O Mellon mandou uma carta para o POSTALIS, e o contrato, é claro que o POSTALIS não tem gerência sobre os gestores, a responsabilidade é dele, o poder discricionário é dele.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O Mellon consultou o POSTALIS?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Quem?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O Mellon chegou a consultar o POSTALIS? O senhor disse que o Mellon mandou uma carta ao POSTALIS?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não consultou, porque a alegação do Mellon, inclusive, é de que desconhecia, que o Fabrizio fez a operação sem sequer o conhecimento do Mellon.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não, isso depois, né? A carta que o Mellon mandou ao POSTALIS foi que, em maio de 2010, a CVM abriu um processo administrativo contra a Atlântica, que é a Latam, que era a empresa do Fabrizio. Não se sabia o teor da investigação da CVM, mas, por precaução, o Mellon mandou uma carta para nós, à época, dizendo: *“Olha, por precaução, nós não sabemos o que está acontecendo, o fundo está congelado. O fundo está congelado. Não mexe, só pode mexer com a assinatura de ambas as partes.”* Ele mandou essa carta, primeiro, por segurança, e, segundo, por até uma questão contratual, porque ele tinha o poder discricionário de bloquear, mas ele, querendo avisar e participar, ele comunicou isso ao POSTALIS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quero compartilhar com os Deputados e Deputadas os documentos que estão chegando ao conhecimento da Comissão — eu sei que nem todos tiveram condições ainda de vir falar. Aqui está a proposta de contrato do BNY Mellon com o POSTALIS, em meados de 2010. Era o Sr. Alexej o gestor do POSTALIS. E, na página 8 — Sr. Relator, já pesquisamos e identificamos —, vou ler o trecho que identifica bem essa relação de obrigações do BNY Mellon com o POSTALIS e do BNY Mellon com terceiros, como foi o caso da Atlântica Asset, do Fabrizio Neves.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Qual a data desse contrato, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A data da proposta do contrato é de setembro de 2010. Deve ter sido assinado um pouco depois.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Do POSTALIS com o banco?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - POSTALIS com o BNY Mellon.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Ele disse que foi anterior...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Foi na gestão dele.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Não, ele disse que o banco opera lá no POSTALIS antes da gestão dele. Eu entendi isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas a operação de fundos isolados... Depois fez para determinados fundos, onde ele ampliou os poderes do BNY Mellon.

Aqui diz o seguinte (pág. 8):

“O administrador é responsável pela função de precificação dos ativos do fundo, que objetiva determinar a metodologia de apuração do valor dos títulos, valores imobiliários e modalidades operacionais integrantes da carteira do fundo.”

Aí vem a parte mais interessante:

“Dessa longa descrição de obrigações do administrador, depreende-se que, além de lhe caber a função estrutural do fundo de investimentos, ele é o elemento de ligação entre o fundo e as autoridades administrativas ou autorreguladoras — CVM, ANBIMA — principalmente, assumindo, irrestritamente todas as responsabilidades daí advindas.”

Ou seja, esta é a peça chave da proposta apresentada pelo BNY: cabem ao administrador, tanto à instituição, como a seus dirigentes e àquele registrado como pessoa física junto à CVM, todas as responsabilidades, especificamente as de ordem criminal, administrativa e cível, decorrentes dos serviços que prestarem ao fundo, bem como daqueles que vieram a subcontratar como terceiros, que é o caso da Atlântica Asset e do Fabrizio Neves.

Foi o aparte que fiz para esgotar esse tema desse fundo, e o Dr. Alexej devolve com a...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Só para retomar o fio da meada, porque é importante a observação — vamos ter a oportunidade de questionar o BNY Mellon —, mas, retomando, o senhor sabia dos processos e dos acordos nos Estados Unidos do Dr. Fabrizio?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Então, esses processos, eles surgiram em meados de 2011. Acho que ficaram públicos mais em 2012. Na época, nós não sabíamos disso, porque isso até na SEC também corre primeiro. Na realidade, eu investiguei; depois mais para a frente, vou explicar isso melhor, mas o processo



começou com o FINRA — o FINRA é uma espécie de ANBIMA deles, só que tem poder de polícia —, por denúncia de um ítalo-colombiano que prestava serviço para ele, e parece que ele cometeu alguma irregularidade lá. Esse processo correu em sigilo. O FINRA autuou, mandou para a SEC. A SEC depois fez a investigação, fez um TAC com todos os funcionários, inclusive com o Fabrizio, eu fiquei sabendo. E isso veio à tona, ficou público, já em meados de 2012. Então, à época do acontecimento e dessa fraude dos títulos da Argentina e da Venezuela, era completamente desconhecido isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vamos seguindo.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Adilson... O Adilson eu conheci. Ele foi empossado Diretor Financeiro do POSTALIS 3 meses antes de mim. É um funcionário de carreira, com 30 e poucos... 34 ou 35 anos de POSTALIS, e hoje eu sou amigo dele, nos tornamos amigos. Eu anotei a aqui que eu... eu anotei tão rápido, que a minha letra aqui que eu não estou entendendo.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Como o senhor explica as inúmeras, essa predileção da PREVIC... O senhor revelou um incômodo com isso.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não é só um incômodo. Eu posso... eu afirmaria que hoje a PREVIC está aparelhada. E nós não fazemos... não fazíamos parte do grupo do qual eles são aparelhados.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Quem é o grupo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Aparelhado por quem? É uma denúncia...

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Pelas autoridades, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu acho, Dr. Alexej, que este também é um espaço de defesa. O senhor tem sido, realmente, fiscalizado de forma demasiada por órgãos de fiscalização. Aqui o senhor também tem a oportunidade de apresentar a sua versão dos fatos. Aqui nós tivemos uma versão dos fatos, que foi apresentada pela PREVIC, pelo Sr. Carlos de Paula.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Para mim, o aparelhamento foi do PT, pronto.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor falou “autoridades”. Autoridades são mais do que um partido. Quais autoridades?



O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Eu não sei, né? Quem aparelhou...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Foi o senhor que falou.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não, eu não falei “as autoridades”. Eu falei “a PREVIC”.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Está aparelhada por autoridades, foi o que o senhor falou. Usou o termo “autoridades”.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não, autoridades, não. Está aparelhada. Não. Desculpe-me como me expressei. Está aparelhada...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Esclareça como desejado.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Eu peço desculpas se eu me expressei mal, mas ela está aparelhada, na minha sensação, pelo PT. Agora, quem o fez eu não sei. Quando o senhor fala que o POSTALIS é um ponto fora da curva, ele... primeiro, todos os investimentos que nós fizemos seguiram toda a legislação à risca. Agora, eu não diria que hoje é um ponto fora da curva, porque — os próprios dados da ABRAPP —, só no primeiro quadrimestre deste ano, o déficit do sistema está em mais de 50 bilhões de reais. Então, não dá para considerar que seja um ponto fora da curva. Na realidade, o sistema todo está sofrendo. Latam, as notas. As notas, acho que eram essas que... da Argentina, a troca, não é? Ilhas Virgens Britânicas, Spectra, o que aconteceu? Em meados de 2007, com o dólar... com o real sobrevalorizado e com aquela bolha no auge nos Estados Unidos, que veio a estourar em 2008, numa dessas apresentações corriqueiras semestrais que os gestores faziam ao POSTALIS, que normalmente eram apresentações de 2 ou 3 dias...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pedimos mais objetividade. Eu sei que o senhor quer explicar, mas, como são muitas perguntas, se puder ir diretamente à pergunta...

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Bom, rapidamente, então, em uma dessas reuniões, conversando em um *coffee shop*, em uma conversa informal, eu falei que estaria, talvez, interessado em comprar um apartamentinho pequeno lá nos Estados Unidos, que o dólar está baixo, a prestação lá, o juro lá é irrisório, o crédito lá é fácil. Estou talvez pensando aí de comprar um imóvel como investimento — um pequeno imóvel lá, como investimento. O Fabrizio...



O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Presidente, votação nominal...

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - O Fabrício, ele... o Fabrício, ele se prontificou falando: *“Olha, eu conheço uma empresa que faz toda essa parte jurídica para uma eventual compra desse imóvel. E eu vou apresentar isso para vocês”*. E, realmente, uns 15 dias depois, eu recebi, via *courier*, FedEx, DHL, de uma empresa chamada Amicorp, que, se olharmos no Google, é uma das maiores empresas nesse setor, me mandando uns papéis para abrir um *trust*. Eu realmente abri o *trust*, que chama *spectra trust* Esse *trust* é...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Nas Ilhas Virgens, paraíso fiscal?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - É. Isso, para os estrangeiros nos Estados Unidos, isso é a coisa mais comum, em função da parte tributária e até da parte, depois, de herança. Eu abri esse *trust*. Esse *trust*, na realidade, ele não tem natureza jurídica. Ele é quase como se fosse um testamento. Embaixo dele existe sempre uma *offshore*, que é a que efetivamente opera. E ela só opera se o fundador do *trust*, o *trustee*, que eles chamam, ele dá autorização para essa empresa para ele operar. E eu só abri o *trust*, eu não passei essa autorização. Eu volto isso... Isso, 2007. Eu abri o *trust*; em seguida, isso foi no final do ano... 2008, o mercado começou a balançar, a bolha começou realmente a explodir. Eu não fiz mais nada, fiquei quieto. Em 2012, quando começaram a surgir essas notícias do Fabrício, das acusações, da SEC e tudo, eu contratei um advogado aqui no Rio de Janeiro. Esse advogado contratou um advogado nas Ilhas Virgens Britânicas, um advogado especialista em fraude, e esse advogado notificou a Amicorp para saber o que que aconteceu com o *trust*, por que a SEC falava que tinha sido movimentada uma conta, que essa conta nem existia. A primeira coisa que a Amicorp fez foi ter mandado um... ele mandou um contrato de gerenciamento, que ele chama de *management agreement*, falando: *“Olha, nós esquecemos de mandar esse contrato para vocês. Dá para você assinar com data retroativa?”*. Eu tenho isso tudo documentado, vou deixar isso aqui com a Comissão. Lógico que eu não assinei, não é? E aí nós pedimos tudo, os extratos e tudo. Então houve. E nessa... nesse documento da SEC, depois, que foi... que está hoje até na Internet, e também está aqui, consta toda a história. Os funcionários do Fabrício, eles contaram tudo lá, que



eles copiaram, colaram, usaram corretivo branco, falsificaram assinatura. Eles falsificaram a minha assinatura. Aí o...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O Dr. Fabrizio, então, utilizou isso para circular recurso?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Isso. Eu contratei... eu contratei uma perita do FBI, da Suprema Corte americana. Ela fez um laudo que demonstrou que a assinatura é falsa. Isso está tudo... é um calhamaço assim de papel que eu entregarei ao Sr. Presidente. Então, a história é essa. Eu só fiz o *trust*, que não tem uma movimentação financeira...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - A compra do apartamento se efetivou?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não. Não, porque a bolha estourou, e eu acabei não fazendo; aí, eu não sabia para onde ia a economia, não fiz. Fracionamento dos investimentos. Nós não praticávamos fracionamento dos investimentos. Eles, se foram feitos, foram feitos espaçados, eram em dois planos. Então, ora um, ora outro, e os limites eram do plano, a gente não usava isso. Fora isso, não tem sentido algum, porque os controles eram...O próprio conselho deliberativo, ele sabia da movimentação, e as contas sempre foram aprovadas todo ano. O Sr. Milton Lyra. Eu conheço o Sr. Milton Lyra, eu conheci ele em meados de 2010, ele apresentou um programa de cartões para juntar no crédito consignado que o POSTALIS fazia... faz aos seus participantes. Isso ficou restrito na área lá de empréstimo, com a Diretoria Financeira, isso não evoluiu e ficou por isso. Em relação a quem apresentou o investimento da Galileo, foi o Banco BMB, Banco Mercantil do Brasil. Ele que foi o estruturador, e os diretores do banco, não me recordo o nome deles, mas são dois irmãos até; os instrutores, os dois acionistas do banco procuraram o POSTALIS e ofereceram esse investimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha) - Esses dois investidores não eram o Sr. Milton Lyra, por acaso um deles, e o irmão dele?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não; eram os donos do Banco BMB, porque foi o Banco BMB que trouxe o... Eram dois diretores e dois irmãos do banco.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O.k.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - A venda de imóveis...



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - A sede do POSTALIS.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - A venda de imóveis... A carteira de imóveis do POSTALIS, ela é uma carteira antiga, com mais de 20 anos, sempre requerendo reformas, consertos; e ela, historicamente, ela sempre foi deficitária. Então, o Conselho Deliberativo aprovou — isso é alçada exclusiva do Conselho Deliberativo —, o Conselho Deliberativo aprovou a venda dos imóveis... da carteira de imóveis, imobiliária, do POSTALIS. Com isso, deu-se um... iniciou-se um processo. Foi contratada a Richard Ellis, que é a maior empresa do Brasil, e, talvez do mundo, nessa especialidade, aonde ela fez toda a avaliação, e ela conduziu todo o processo de venda. Nós não tivemos a mínima interferência. As propostas eram endereçadas à Richard Ellis, a Richard Ellis avaliava as propostas, porque as propostas, algumas vinham: *“eu ofereço pagar o preço pedido, mas em 24 meses, dependendo do indexador”*, e tudo. Então, ela homogeneizava essas propostas e praticamente mensalmente vinha sempre ao Conselho Deliberativo e fazia as apresentações de como estava evoluindo o processo.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Por que a PREVIC autuou, multou e inabilitou em função em dessa operação?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Na realidade, o que a PREVIC alega? A legislação diz que você, entre o processo de avaliação, entre a data da avaliação e a data da venda, pode ocorrer um lapso temporal de no máximo 180 dias. Então, o que que aconteceu? A PREVIC... Já existe uma dúvida: o que que é venda? Venda é o dia que eu bato o martelo, em que dou o firme para o... aceito a proposta, ou venda é o dia que eu assino a escritura? Então, o prazo da aceitação da proposta, ele foi dentro dos 180 dias. Agora, as escrituras foram passadas, às vezes, muito tempo depois, até porque nós tivemos um problema para tirar a CND. Nós tínhamos... o juiz da Vara aqui de Fazenda Federal, aqui de Brasília, ele não aceitava LTN como garantia, ele exigiu dinheiro; ele não aceitava dívida soberana. Nós ficamos discutindo com ele; foi parar no Tribunal isso, isso demorou algum tempo. E fora isso, Excelência, eu penso que a própria Richard Ellis, que vinha acompanhando o processo, ela sempre estava alerta em relação aos preços. Ela não ia deixar vender abaixo de um preço de mercado. E nós, quando eu falei, desculpa..



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O fato de o Dr. Milton Lyra estar envolvido na compra é coincidência?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Nós ficamos... eu fiquei sabendo 6 meses depois que os cunhados deles compraram o prédio. Eu não sabia disso, foi comprado em nome de uma empresa, e depois fiquei até sabendo o porquê do interesse. Eles concorreram com ... Foram quatro empresas que deram o lance, eles pagaram o maior peço, e, mais tarde, nós ficamos sabendo por que que eles compraram: porque eles eram os donos do prédio vizinho. Em relação aos autos que o senhor diz, nós pedimos, quando — aí eu me refiro ao cerceamento de defesa —, nós pedimos que fosse feita uma reavaliação, um laudo, uma perícia: se os preços foram vendidos fora do mercado, apesar de terem sido escriturados após os 180 dias. E isso nos foi negado. A Richard Ellis e outras empresas do mercado, eles têm... eles seguem o mercado semanalmente. Isso seria facilmente detectável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para concluir, Dr. Alexej, rapidamente as perguntas do Dr. Marcus. Ainda resta alguma? Se não restar...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Restam muitas!

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Coordenação dos fundos, eu desconheço, nunca... como eu disse, nós não... se existe esse clube, eu nunca pertenci.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - São coincidências essas convergências?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vamos para a seguinte, vamos para a seguinte, sem réplica.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não; isso é importante, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas ele já disse que não tem, não é, Dr. Marcus? Aí não adianta forçar, é subjetivo.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não, Presidente!

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não existe e, assim, existem fundos que nós... Tem 18 fundos participando, tem 10 fundos participando. Então, se eu tenho negócios com alguma empresa em que o POSTALIS investiu? Não.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)



O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Fundo Trendbank é um fundo, por exemplo, que tem eu acho que uns 18 cotistas, fundos de pensão, e tem um banco coreano que é o fundo... é o majoritário dentro desse fundo, o coreano, o KBR, Korean Bank, alguma coisa lá. Ele é o majoritário, tem... acho que tem quase 50% desse fundo aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É o KBO?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não. KBO é uma... é uma *asset* no Rio de Janeiro. A RAESA. O investimento da RAESA é um investimento bom, ele sempre foi, sempre foi... teve os pagamentos tempestivos, não é? É uma termoelétrica situada em Manaus, que não estava... está no regime independente lá, tem garantia do Governo, da ELETROBRAS, com aquela recompra de petróleo, que paga... então o fluxo de caixa, o *business plan* dela era excelente, e tudo. O que aconteceu do provisionamento dela? Dentro da fusão da Multiner, ela foi precificada, num dia, e ela tinha que entrar com aquele valor dentro do fundo Multiner. Então, esse *closing* demorou, porque são 18 fundos de pensão. Até rodar todo o mundo, aprovar todo mundo, demorou. E ela parou de pagar para não mexer no *valuation* dela. Então, isso é plenamente recuperável. É uma excelente usina. E eu diria que ela foi partícipe, sustentou a gente agora nesse momento aí que está, que as usinas termelétricas abasteceram o País, ou estão abastecendo o País nessa fase de estiagem. Bom, Rio Nave. Esse foi um fundo que nós também, à época, investimos, dentro da... Vamos dizer, a expectativa e a visão de mercado em relação à indústria naval brasileira era completamente diferente de 12, 14 meses para cá. Então, nós estávamos na época em pleno pré-sal. É um estaleiro de médio porte, não é um estaleiro, um megaestaleiro para fazer aquelas megassondas. É um estaleiro que está voltado para reparo de *suppliers*, construção de *suppliers*. Então, está posicionado num lugar onde era o antigo Caneco, no Rio de Janeiro, numa área já de tradição naval. Então, quer dizer, a expectativa era completamente outra, que virou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Rapidamente, porque não foram feitas perguntas sobre o fundo. Ele só perguntou o que o senhor acha, porque se o Deputado tivesse perguntas específicas, tudo bem. Mas vamos seguindo ainda.



O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - O Serengeti e o São Bento, como o próprio Presidente leu, o contrato ali é BNY Mellon.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Responsabilidade do BNY?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Totalmente, 100%. Isso é fundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Serengeti foi o que aplicou em letras financeiras do BVA antes de sofrer a intervenção?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Isso aí foi já... Foi posterior, já saiu. Isso foi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas foi o FIC Serengeti?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vamos avançar.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mas a PREVIC notificou o Ministério Público com base na sua gestão, o Serengeti, e o São Bento?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - É, na realidade... Vamos dizer, isso é uma outra coisa. Se o contrato diz especificamente isso, que a responsabilidade é...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Claro. Está suficiente.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Com o PAC, eu não me recordo o tipo de empreendimento que é, mas eu volto a afirmar, eu tenho plena convicção de que tudo foi feito seguindo as normas, atendendo todas as condições da política e tudo, da legislação. A outra pergunta do senhor foi...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Ministério Público. O porquê do procedimento de investigação criminal, e a Tetto Habitação, com os FCVS.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Bom, isso, vamos dizer assim, isso está até na legislação da PREVIC. A PREVIC, atuando, ela achando, ela tem que encaminhar para... porque ela não é órgão de polícia, órgão investigativo, não é? Então, eu acredito que agora nós teremos até chance de debater esses dados melhor. Tetto FCVS. Eu, quando entrei no POSTALIS, existia um fundo de FCVS com acho que 22 fundos de pensão, que foi desfeito. Desfeito porque foi resgatado o fundo, com grande sucesso. Aí, nós tivemos novamente essa oportunidade com a Tetto. E a Tetto era a maior empresa de... porque o FCVS, você precisa pegar contrato por contrato, dá aquele trabalhão todo.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Eu sei. Em Minas tinha muito.



O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Então, ela era a maior empresa que fazia todo esse serviço. O que foi feito? Se montou um fundo. Esse fundo foi todo regular; inclusive, existem correspondências da Caixa Econômica dizendo: “*não, esses FCVS estão liberados, está tudo certo, só falta processá-los*”, e tudo. Aí nós, o Bradesco, o Santander, o Multiclick; o João Carneiro, que o pessoal o chama de “Bode” e mais alguns que agora eu já não lembro, compramos esse fundo. Passados 2 anos, a Caixa Econômica informa, dizendo que parte desses FCVS estavam bloqueados. Aí se fez essa pergunta: como é que pode a Caixa informar, 2 anos antes, que estava tudo certo, em papel oficial, e 2 anos depois, a Caixa informa que tem quotas bloqueadas? Isso foi motivado por nós. Nós mandamos uma correspondência ao Vice-Presidente de Fundos da Caixa, pedindo explicação. Foi aberto um processo administrativo. Esse processo administrativo não chegou a conclusão nenhuma. Nós mandamos uma... reiteramos uma outra carta dizendo que tem que ir a fundo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Objetivamente, doutor, se não vou ter que cortar a palavra. A história é muito longa, o senhor está falando há 10 minutos para contar a história. Ele perguntou sobre o fundo FCVS. Não precisa contar a história toda. O senhor tem algo a dizer sobre ele? Se tem alguma irregularidade nele. Se não tiver, a gente passa para outro.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Bom, resumindo, ele não tinha irregularidade. Acabou a Caixa apresentando essa informação, e fica uma dúvida perante a Caixa, que eu inclusive sugiro à CPI verificar. Como é que passa...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Ok. Vamos todos ver com a Caixa.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Como é que passa 2 anos no balanço da Caixa o valor de 2 bilhões...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Já entendemos. Pode passar para a seguinte. Isso já ficou claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pronto. O POSTALIS se sentiu lesado pela ação da Caixa Econômica Federal.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Isso. Vamos verificar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Está vendo como é rápido? Vamos para a próxima. Os nomes agora.



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Faltam duas só, Sr. Presidente.

Realizaram pagamento em cascata de taxa de administração?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não. As taxas eram... as taxas eram de mercado, e elas eram divididas, porque você pode ter... Eu posso ter o administrador, eu sou obrigado a ter o fiduciário, e sou obrigado a ter o custodiante. Então, supondo que fossem três entidades diferentes, eu estaria pagando para eles. No caso do Mellon, ele era o administrador fiduciário. O custodiante era o Bradesco, e tinha o terceirizado que estava lá. Essa taxa era dividida entre eles. Não houve uma sobretaxa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O.k. Adiante.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - É uma das acusações da PREVIC, mas...

As pessoas?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Bom, as pessoas. Youssef, conheço. Conheci em meados de 2010, num restaurante aqui em Brasília, onde ele se apresentou para mim, nós trocamos cartão. Para falar a verdade, na época, não caiu a ficha. Ele se apresentou como Alberto. Guardei o cartão e nunca mais falei com ele, enquanto POSTALIS. Podem verificar telefone, podem ver tudo. Não falei com ele. Não tivemos nenhuma relação comercial, nunca aconteceu nada. Em maio de 2012, 3 meses depois que eu saí, eu... o Youssef me procurou pedindo que... Me perguntou: *“o que você está fazendo?”* Eu falei: *“estou no mercado. Estou disponível”*. Ele falou: *“você não quer ver um investimento aqui, para ver se dá pra montar um investimento?”* Porque ele, naquela época, ninguém sabia o que se passava. Ele me apresentou um grupo de engenheiros recém-formados da UNICAMP, que estavam montando uma *startup* de informática de um processo de controle de produção de máquinas, um processo até... um projeto até interessante, mas não tinha como pôr de pé, a não ser que fosse um mecenas que bancasse essa *startup*. E não deu nada. Eu fui embora e não deu nada. Em fevereiro de 2014, ainda antes da deflagração da Operação Lava-Jato, ele me procurou novamente se eu não podia ajudá-lo na colocação do papel Marsans e analisar o papel, se o papel estava... atendia às condições de mercado para os investidores institucionais. Eu relatei a ele que eu estava fora do mercado. Já em 2014 eu já tinha essas atuações



e falei: “olha, eu estou fora do mercado, não estou mexendo com isso”. Só isso. Não tive negócio nenhum, não transacionamos nada, não aconteceu nada. Gushiken: não conheço. José Dirceu: não conheço — nunca estive, não é? Fernando Baiano: jamais o vi. Edson Lobão: sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Jamais o vi não é jamais falei.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Jamais o vi, jamais falei e não o conheço. Edison Lobão conheço, sim, há quase 25 anos.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Manteve contato permanente nos últimos anos?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Tenho contato com ele, sim. Vaccari: jamais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Nem viu nem falou?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Nem vi nem falei. Senador Renan Calheiros: encontrei ele em ocasiões institucionais. Eu, como representante do POSTALIS, em algum evento, no máximo, cumprimentei-o, mas não tenho relação nenhuma, não tenho... Eu acho que se perguntar o meu nome ele não sabe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Nunca fez visita a ele, nem ele visita ao POSTALIS?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não, de jeito nenhum.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Fernando Francischini. *(Pausa.)*

Ele está pedindo 5 minutos de tolerância para ir ao banheiro e retornar.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Retomando a reunião, solicito ao Deputado Fernando Francischini que inicie seu questionamento. O seu tempo já está contando.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento todos. Falarei de forma bem direta novamente, Sr. Presidente.

Na audiência reservada — que o senhor não acompanhou pela televisão — da PREVIC, deram contornos de um bandido para nós. O senhor mesmo está sentindo que a PREVIC está vindo para cima do senhor. Ela nos informou mais de



50 notificações que foram feitas. O senhor disse que são 27, mas levantamos que há 5 que vão chegar ainda para o senhor.

O Conquista, no seu depoimento — o senhor deve ter assistido a ele —, muita coisa empurra para o senhor. Ele disse que começou na sua gestão, acabou na sua gestão. O senhor mesmo, num ato falho que bem já ressaltaram, disse que parece que só o POSTALIS fez coisas erradas. O senhor mesmo disse isso, nesse ato falho.

Na Operação Faktor, da Polícia Federal, que antes se chamava Boi Barrica, o senhor também apareceu na investigação. Não sei se o senhor foi ouvido. Uma das perguntas seria se o senhor foi ouvido nessa Operação, pois ela teve problemas jurídicos no STJ. A Operação Lava-Jato o senhor explicou agora. O senhor apareceu em duas visitas ao Alberto Youssef, no seu escritório, mas o senhor já fez a explicação.

Minha pergunta, Sr. Presidente, fica focada, já que o Deputado Marcus Pestana foi certo nas perguntas em relação à gestão, junto com o nosso Relator, o Deputado Sergio Souza, em cima do Sr. Fabrizio Neves.

Nós fizemos algumas visitas a órgãos de instituições de fiscalização. A pergunta é: o senhor sabe que já está sendo investigado pelo Ministério Público Federal, pela Polícia Federal? O senhor já foi ouvido no Ministério Público Federal e na Polícia Federal?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Na Polícia Federal, sim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - E foi sobre esse caso do Sr. Fabrizio Neves? Apresentaram para o senhor notícias de um depósito de 1 milhão e meio de dólares, uma parcela nessa conta *offshore*, que o senhor diz que não é sua? O senhor concorda com isso?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Que eu digo? Eu afirmo que não é minha.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Mas o senhor abriu a Trust?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Eu só abri o Trust e não...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Quem abriu para o senhor a Trust foi o Sr. Fabrizio Neves?



O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não. A empresa Amicorp.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Mas quem a indicou para o senhor — o senhor mesmo relatou — foi o Sr. Fabrizio Neves.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Foi.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor conhece um diretor do Sr. Fabrizio Neves que é um dos dirigentes da corretora dele e que colaborou com as investigações nos Estados Unidos? E que, no depoimento dele, ele assume que foi ele que, a pedido do Fabrizio, coordenou a abertura de várias contas — que são as *offshores* —, entre elas, essa conta do senhor, ou seja, foi ele que coordenou? O senhor sabe quem é essa pessoa ou não?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Eu sei, porque eu li o relatório da SEC, não é? Mas não conheço...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Essa pessoa o senhor não conhece?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Ele relata que o senhor foi apresentado como o homem dos fundos de pensão brasileiros. O senhor leu isso também, que o senhor foi apresentado...

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Li, mas aquilo é um TAC que ele fala lá para... Eu acredito para, obviamente, aliviar a barra dele lá, não é?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Quanto tem depositado hoje nesta conta Spectra nas Ilhas Britânicas? Já que não é do senhor, então, o senhor não está quebrando seu próprio sigilo. É uma conta falsa.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Eu não tenho... Eu não sei quanto está depositado lá.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Mas o senhor não obteve...

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - A única... A última informação que eu tive, onde aparece a assinatura falsa e tudo é... Ela foi zerada.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor sabe para quem foi transferido esse dinheiro?



O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Há um endereço lá para uma... uma conta lá, que eu não sei que conta é.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor pode trazer essa documentação toda para a CPI?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não, ela vai ser entregue. Ela está aqui. Eu entregarei tudo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Há um laudo que o senhor mesmo requereu de avaliação do documento que abriu a *offshore* junto à Trust. O senhor apresentou à Polícia Federal esse laudo?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Sim. O laudo de...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - De avaliação sobre se a letra era do senhor ou do pedido...

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Isso, laudo grafotécnico da falsificação. Apresentei.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Esse laudo grafotécnico diz que a letra não é sua...

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Isso.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - ...mas que, possivelmente, a assinatura é do senhor.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não. Esse laudo diz que a letra não é minha, a assinatura não é minha...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor tem esse laudo agora para nós fazermos essa leitura?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Tenho. Tenho.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor podia entregar para o Presidente da...

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - A única coisa que tem lá é que a interpretação do inglês jurídico, quando falam a... A perita fala: "*A assinatura não é dele, as letras não conferem, a curvatura...*", toda aquela explicação técnica. E diz: "*A assinatura não é dele*". E usa uma palavra que, se traduzir literalmente, é mais "provável", é semelhante ao "salvo melhor juízo", de qualquer parecerista, de quem é advogado.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Diz que, salvo melhor juízo, pode ser sua?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - É. Salvo... Qualquer parecer jurídico que o senhor pegar de um advogado brasileiro vai dizer “*salvo melhor juízo*”. Sempre é assim. Então, isso não quer dizer que...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Não, laudo técnico não é assim, Sr. Alexej; ou é ou não é. O laudo técnico, então, não é conclusivo em relação a se a assinatura é do senhor ou não, encomendado pelo senhor mesmo.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não, ele é conclusivo, porque, na descrição, ela o descreve inteirinho.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor acha que quem, então, falsificou a sua assinatura? Foi esse Fabrizio que falsificou a sua assinatura? Porque, a partir deste momento, o Sr. Fabrizio passa a ser um dos convocados desta CPI.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Ou o Fabrizio ou o funcionário dele, aquele Luna, que tu disse que copia e cola, que fazia o “copia e cola” lá na...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Esse endereço para onde foi transferido o dinheiro dos funcionários dos Correios, porque esse dinheiro é dos funcionários dos Correios... A SEC identificou, no relatório que a Polícia Federal está utilizando, que esse 1 milhão e meio veio de desvios da conta da corretora Atlântica Asset. E o senhor tem conhecimento também de que botaram, numa conta em seu nome, dinheiro desviado da Atlântica Asset, de uma aplicação de dinheiro dos funcionários dos Correios.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Aí, eu volto, peremptoriamente, a afirmar: essa conta não é minha. Eu sou vítima desse negócio. Eu não sei que movimentação eles fizeram lá.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Mas o senhor viu no relatório da SEC, quando o senhor foi ouvido...

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Eu vi esse relatório.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - ... que o dinheiro que está lá é dos funcionários dos Correios.



O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não, o dinheiro foi da operação fraudulenta que ele fez lá, não é?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Presidente, não vou usar todo o tempo, até pelo adiantado da hora, mas queria perguntar ao Sr. Alexej, diante de todos esses indícios, dessa dúvida que nós temos, se, independentemente de nós votarmos a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico dele, durante todo o período que ele foi Presidente do POSTALIS, ele fornece isso, consensualmente, a esta CPI, inclusive no exterior, para que nós possamos buscar toda essa documentação, oficialmente, nos Estados Unidos, nas Ilhas Britânicas, porque quem não deve não teme. Se ele vem aqui e diz que houve uma operação fraudulenta, usando o seu nome, etc., esse seria um gesto — porque a probabilidade é enorme da quebra de sigilo ocorrer da mesma forma, ele fornecendo ou não — de demonstração de que ele está falando a verdade nesta CPI. Queria ouvir do Sr. Alexej se ele fornece o seu sigilo bancário, fiscal e telefônico, inclusive no exterior.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Use o microfone.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Desculpa. Eu autorizo a transferência dos sigilos, mas eu gostaria de ver isso por escrito, para mostrar para os meus advogados. Mas está autorizado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Presidente, V.Exa. pode pedir para o secretário produzir a autorização da quebra de sigilo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vamos pedir, sim, para o secretário produzi-la.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Ainda no meu tempo, Presidente, de 1 minuto e pouco...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Permita-me só uma pergunta. Você tem o endereço dessa conta no exterior para onde foi feita essa transferência?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Ele tem o endereço, porque ele mesmo forneceu à Polícia Federal...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Forneceu?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - ...quando falou sobre a transferência desse dinheiro.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - E essa transferência, para nós, é de extrema valia, porque é o primeiro indício...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas já se identificou de quem era?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Não. Esse é o nosso trabalho. É como o Sr. Alexej mesmo deu a receita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - *Follow the money.*

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Vamos seguir o dinheiro.

Talvez, nessas nossas oitivas até agora, esse seja o primeiro dinheiro de corrupção, de propina, no setor dos fundos de pensão, de que temos o rastro. A alguém nós vamos chegar, não tenho a mínima dúvida. O dinheiro o próprio Sr. Alexej disse que não é dele, que é de uma operação fraudulenta, mas saiu do cofre das aplicações que vieram dos funcionários dos Correios. Então, nós temos que seguir essa aplicação, que pode ser a ponta do novelo que nós vamos abrir aqui nesta CPI, Presidente.

Então, fica o meu pedido, Presidente, para que V.Exa. empenhe esforços, a fim de que possamos, o mais rápido possível, convocar o Sr. Fabrizio Neves.

Eu vou apresentar, ainda hoje, o requerimento de convocação do Sr. Fabrizio Neves e do funcionário que preencheu essa documentação toda lá.

Peço também a V.Exa. as autorizações de quebra de sigilo. E também vou entrar com um requerimento para que nós possamos pedir cópia e compartilhamento com a Polícia Federal desse inquérito em andamento, para que nós possamos também agilizar as quebras de sigilo no exterior, para identificar as contas, não só essa que estaria, supostamente, em nome do Sr. Alexej, que é a da Spectra Trust, mas, principalmente, outras contas.

O senhor também foi ouvido, na Polícia Federal, para dizer se o senhor tinha conhecimento delas. O Sr. Fabrizio Neves abriu várias *offshores* e desviou dinheiro dos funcionários dos Correios para várias *offshores*. Eu acho que a quebra de sigilo dessas contas, lá no exterior — e a Polícia Federal pode ser parceira, através do Departamento de Recuperação de Ativos do Ministério da Justiça —, pode ser a ponta do *iceberg* que nós queremos, Presidente. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

Tenho um questionamento. Ou o Sr. Alexej ou o Sr. Deputado Francischini pode dar notícia do Fabrício Neves, sobre se ele vive, hoje, no Brasil ou no exterior.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Pelo que eu sei, ele vive no exterior.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Nós podemos fazer a mesma tomada de posição das outras CPIs: onde ele estiver, nós pedimos a cooperação.

Pela nossa informação, ele pagou, Presidente, milhões de dólares de multa para assumir a culpabilidade das operações fraudulentas dele nos Estados Unidos, usando o dinheiro dos funcionários dos Correios.

Com certeza, a Justiça americana é muito firme nesses pedidos de cooperação. Podemos até pedir que o Ministério Público Federal use o MLAT, que se refere à colaboração internacional, porque está muito claro que esse é o caminho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sugiro a V.Exa. que faça o encaminhamento do requerimento à Presidência. Nós o aprovaremos em plenário, solicitaremos essa colaboração e também iremos em busca do Sr. Fabrizio Neves, esteja ele onde estiver, até porque eu tenho a informação de, salvo melhor juízo, 4 milhões e meio...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - ...de reais ou de dólares...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - De dólares, só para o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quatro milhões e meio de dólares no acordo com a Justiça americana.

Nós estamos tendo votação nominal. Suspendo por 3 minutos a reunião, Deputado Rocha, para que possamos ir lá e voltar, rapidamente, para retomar os depoimentos.

A Secretaria da Mesa também aproveitará esse tempo para preparar o ofício, solicitando a quebra voluntária de sigilo, para que possamos ir atrás desse dinheiro no exterior.

Serão 4 minutos de intervalo.



(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Após o Dr. Alexej repor as energias, vamos dar continuidade à reunião.

Na sequência, a palavra seria do Deputado Paulo Azi, mas S.Exa. não se encontra aqui. Deve ter ido votar.

Então, com a palavra o Deputado Samuel Moreira, que já é o primeiro inscrito. Depois voltaremos ao Deputado Paulo Azi.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, queria que o Sr. Alexej nos dissesse algo, e eu sei que o senhor já respondeu sobre este assunto.

O Milton Lyra estava no Grupo Galileo em 2010, e os seus cunhados, Phelipe Matias e Raphael Matias, adquiriram o prédio que o POSTALIS vendeu também em 2010. Que influência tem Milton Lyra dentro do POSTALIS para estar dentro de tantos negócios em que o POSTALIS investiu? Essa é a primeira pergunta. Quero que o senhor explique esses dois casos.

Quero também que o senhor explique novamente sua relação com Milton Lyra, Renan Calheiros, Edison Lobão, Senador Sarney e Fabrizio Neves. O senhor se relaciona individualmente com cada um deles, ou já se reuniu com mais de um desses nomes que eu falei ao mesmo tempo? Quais deles, quando se reuniram e que tipo de relação existe entre os senhores?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - O senhor poderia repetir?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Os nomes são: Milton Lyra, Renan Calheiros, Edison Lobão, Senador José Sarney e Fabrizio Neves.

Quero que o senhor também nos explique se há alguma relação da Latam que está no caso Cajamar com a Latam que está, por exemplo, nos negócios dos títulos adquiridos da Argentina. São duas empresas de nome Latam. Quero saber se há alguma coincidência, se as duas empresas possuem algum dirigente em comum.

Quero saber se o senhor já manifestou apoio a algum candidato. Não sei se o senhor vota aqui no Brasil, pela ascendência que o senhor tem. Não sei se é nascido aqui, se vota aqui. Quero saber se o senhor já ajudou ou apoiou alguém, explicitou sua preferência, colou adesivos de candidatos, pediu votos para candidatos ou até ajudou em campanhas financeiramente; e de quem.



Eu queria saber também sobre essa Spectra Trust. Como abrem uma conta, depositam dinheiro nela, dizem que ela está no nome do senhor, e o senhor tem que provar que ela não é sua? Ao mesmo tempo, há nela depósitos de empresas relacionadas com o POSTALIS. Há, por exemplo, evidências de depósito do Brasil Sovereign, em que o POSTALIS investiu. O senhor já fez viagem para o exterior em que foi a essas ilhas, a algum desses lugares?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor falou que conversou com o Youssef. Há alguma pessoa que seja conhecida em comum do Youssef e do senhor? O senhor já teve alguns contatos com o Youssef. Eu notei que é muito estranho o senhor o conhecer no restaurante, e depois ele procurá-lo, de uma hora para outra, após o senhor sair, para fazer negócios com ele. O senhor tem algum conhecido em comum com ele, alguém que tenha relacionamento com ele e com o senhor?

A indicação, a apresentação de um político, desde que o indicado tenha qualificação, não é nada demais, desde que se trate de pessoa qualificada. O senhor chegou lá sem qualquer apresentação de nenhum político. O senhor chegou ao POSTALIS sem que nenhum político o apresentasse. Não é nenhum crime uma apresentação por um político de alguém que seja qualificado. O senhor não teve nem sequer uma apresentação de algum político? Se teve, de quem?

E eu gostaria também de reforçar para o Presidente as palavras do Deputado Francischini, no sentido de nós formalizarmos até, se possível, a quebra do sigilo. O senhor já permitiu isso aqui, mas seria bom que nós formalizássemos a quebra, para que pudéssemos ter acesso a esses dados, em função de já haver tantas denúncias e até para, quem sabe, auxiliá-lo na sua defesa. Mas nós gostaríamos que fossem formalmente quebrados os sigilos aqui sugeridos pelo Deputado Francischini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Dr. Alexej.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Bom, Deputado, o Milton Lyra eu conheço. Como eu disse antes, fui saber 6 meses depois que os cunhados dele tinham adquirido o imóvel. E esse interesse dos cunhados dele pelo imóvel... Eles são da área imobiliária, eles mexem com isso, eles são os donos do prédio vizinho. Então, acho que eles tinham interesse em — não sei — juntar os prédios. Como eu



disse, o processo de venda dos imóveis foi 100% tocado, administrado, pela Richards Ellis. Eles só nos levavam... Nós não tínhamos contato nenhum, nem sabíamos quem eram os ofertantes. Eles só traziam o relatório, dizendo: *“Olha, são essas as empresas, nessas condições”*. Em relação às pessoas, a essa relação de pessoas, o senhor me perguntou se eu tenho alguma relação com elas?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Por exemplo, o Milton Lyra. Foi perguntado...

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não, eu o conheci. Ele é uma pessoa conhecida na cidade. Tenho assim uma relação — encontro com ele — social, mas nada de intimidade. Brasília é uma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E para fazer negócio, no tempo do POSTALIS, nunca se reuniu com ele? Nunca discutiu negócio?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não, de jeito nenhum. Não.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O Galileo foi o Milton Lyra, não é?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - O Galileo foi.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Prejuízo grande para o POSTALIS.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Mas, pelo que me consta, ele entrou lá acho que 1 ano e meio ou 2 anos... 1 ano e meio depois do investimento. Não sei por que canais. Não teve nada... O investimento veio, como eu afirmei, pelo Banco Mercantil do Brasil, o BMB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E o Adilson Florêncio foi fazer parte da diretoria do Galileo com o Milton Lyra depois? Você tem essa informação?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Do conselho, não é? Não é da Diretoria, é do conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas por indicação do POSTALIS? Não, não é? Como pessoa física normal.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Como pessoa física, já depois de ter saído. Com Edison Lobão eu já afirmei que tenho relação. Eu o conheço há 24, 25 anos. Mantenho um contato social não intenso, mas tenho relação com ele. José Sarney eu conheço muito pouco. Estudei com o filho dele. E uma coisa que eu gostaria de deixar claro, pela afirmação do Deputado Fernando Francischini: eu não fiz parte da Operação Boi Barrica não. Nunca fui intimado, nunca fui requerido. E



Fabrizio Neves é essa relação que eu relatei aqui. Eu o conheci como prestador de serviço. Eu até gostaria de dizer assim que eu até fazia questão de conhecer todos os gestores, do mesmo jeito que eu faço questão de conhecer a minha gerente, no caso da minha conta bancária, no banco em que eu tenho conta. Então é importante você saber quem está cuidando.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Já esteve com mais de um entre esses aqui, reunido com mais de um?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Com mais de um como?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor, o Fabrizio e o Milton Lyra; o senhor, o Fabrizio e o Senador Lobão.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Ah, não! De jeito nenhum! Nunca. A Latam e a Cajamar, as duas Latams que o senhor disse, desconheço. Eu só sei... Em relação à Cajamar, que já não é do meu tempo, eu sei o que apareceu na imprensa, que uma Latam é da Nova Zelândia, e a outra Latam é dos Estados Unidos. Campanha eleitoral: não participei de nenhuma, não ajudei ninguém, não contribuí com ninguém. Spectra Trust é aquilo que eu falei. Eu tinha, realmente, uma ideia de fazer um pequeno investimento nos Estados Unidos naquela época da bonança, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Isso ele já explicou. Tem mais alguma coisa?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não, eu só perguntei onde fica a Spectra.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - A sede da empresa é nas Ilhas Virgens Britânicas.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor nunca esteve lá?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não. Quando você contrata essa empresa, você faz o contrato, e eles vêm...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Viagem ao exterior... Quer dizer, fiz diversas viagens ao exterior, mas nunca estive lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vamos para a próxima.



O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Tem representação, então? Vem a pessoa física ou tem alguma sede de intermediários em outros lugares?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - No caso, eu recebi por correio. Agora, por exemplo... Por correio! Eu recebi por FEDEX, DHL lá. Mas a Amicorp tem uma filial em São Paulo. Ela tem filial no mundo inteiro. É uma multinacional.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu estou falando da Spectra.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não, a Spectra, não. A Spectra só existe... O Trust só existe — existia, não é? — nas Ilhas Virgens.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Essa que o senhor falou qual é mesmo? Desculpe?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Amicorp.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - A Amicorp tem alguma relação com a Spectra?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - A Amicorp é uma empresa especializada em abrir *trusts* e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ele contratou a Amicorp para abrir a Trust, por indicação do Fabrizio Neves.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - ...e *offshores*.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O.k. Era isso que eu queria entender.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Viagens ao exterior eu fiz, só que nunca a esse lugar que o senhor mencionou, às Ilhas Virgens. Com Youssef não tem ninguém em comum. Não sei por quê. Eu penso que quando eu ocupava o lugar de Presidente, é óbvio que eu tinha uma posição de destaque. Talvez ele tivesse algum interesse, por isso ele se apresentou. Eu devo ter uma pilha de cartões, porque em congressos, em seminários e essas coisas você troca cartão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor já explicou esses assuntos. Pode passar.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - E a apresentação política, novamente, se teve alguma ajuda por trás eu desconheço. Eu fui realmente apresentado pelo meu antecessor, que levou o meu currículo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Antes do POSTALIS, o senhor foi Diretor-Presidente da ENCOL?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Diretor-Presidente é o dono da Encol.
(Riso.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Então, perdão. Qual foi a função que você exerceu na Encol?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Eu era do quarto escalão da Encol. Eu era Superintendente Regional da Encol. Existia a Presidência, a Diretoria Nacional, a Diretoria Regional e a Superintendência. Eu saí em 95, a Encol pediu concordata em 97 e quebrou em 99. Eu saí 4 anos antes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

Com a palavra o Deputado...

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Encerraram-se as respostas?

(Não identificado) - Sim, eu acho que sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Tem a palavra, para uma questão de ordem, o Deputado Marcus Vicente.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Presidente, quero levantar uma questão de ordem dirigida a V.Exa. mesmo.

Na terça-feira passada, dia 8, V.Exa. questionou várias vezes o posicionamento da PREVIC em relação aos cancelamentos da RTSA determinada pelo DEST, chamada de pedalada dos Correios. O senhor questionou várias vezes o Superintendente Carlos Alberto de Paula — várias vezes. V.Exa. insistiu nisso.

Agora, o Sr. Alexej informa que, no TAC firmado entre PREVIC, POSTALIS e Correios, publicado em 29 de maio último, no *Diário Oficial*, a PREVIC recomendou ao POSTALIS a adoção de medidas para recuperar o valor da RTSA. Isso demonstra uma falta de verdade do Superintendente da PREVIC — falta de verdade. Como ele pode afirmar que concorda com o novo posicionamento do DEST — essa é a questão de ordem —, em 2014, e assina com o POSTALIS um TAC, em 2015, recomendando ao POSTALIS a adoção de medidas para cobrar a RTSA? Se a PREVIC determina isso e considera que esse dinheiro da RTSA pode voltar aos



cofres do POSTALIS é porque concorda que a RTSA é devida. Isso merece esclarecimento.

Eu dirijo a V.Exa. o requerimento de acesso a processo em que a PREVIC firmou o TAC com o POSTALIS e os Correios. É muito interessante isso, porque eu vi a preocupação de V.Exa. sobre a responsabilidade da PREVIC com relação ao ressarcimento daquele recurso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Exato, até porque é dinheiro dos aposentados e pensionistas. A questão de ordem, pelo que entendi, é para facultar a V.Exas., especialmente a V.Exa., o acesso à documentação da PREVIC.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Essa documentação já está na Secretaria da Comissão. Ainda não foi possível catalogar cada tipo de documentação, mas toda a documentação da PREVIC enviada já se encontra à disposição. É preciso fazer apenas um trabalho de busca. Mas a Secretaria se encarregará de ter acesso, especificamente, a esse TAC. Não sei se V.Exa. o tem em mãos.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Aproveito, Presidente, só para pedir o esclarecimento da PREVIC também sobre a existência de nove autos de infração ainda pendentes para serem entregues ao POSTALIS. Isso é importante também. Pode ser, Sr. Presidente, que por trás dessas pendências de entrega estejam o Cajamar e o BVA. Então, nós gostaríamos de solicitar isso também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Existe o quê? Nove autos de infração pendentes? De quando?

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Pendentes de entrega ao POSTALIS, ainda, por conta da PREVIC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A PREVIC anunciou que existem algumas fiscalizações em andamento. Vamos nos assegurar de que temas tratam e quais informações já podem ser disponibilizadas a esta Comissão.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Por favor, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu vou só ler aqui a parte grifada, depois analisaremos o documento como um todo. Vou ler também pela primeira vez. Não sei nem o que eu vou ler aqui:



“Considerando que os compromissários informam que se encontram em curso medidas judiciais e extrajudiciais, bem como negociações com devedores inadimplentes, para recuperação de ativos que estão provisionados para perdas; considerando que o POSTALIS ajuizou ação ordinária com pedido de antecipação de tutela em face da patrocinadora para a retomada imediata dos repasses a título de RTSA, objetivando no mérito a declaração de legalidade dos valores apurados a título de RTSA apontados como sendo de responsabilidade exclusiva dos Correios, almejando a sua condenação ao pagamento do débito vencido e a vencer (...)”.

E cita aqui a Ação nº 6.949, que segue na vara judicial.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Presidente, está havendo votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Então, realmente há aqui alguns elementos do TAC. Aqui ele fala das considerações. Depois eu vou ter que ler as conclusões, que são um pouco mais extensas. Eu solicito à assessoria — Mohamad e Maurício — que faça uma avaliação do documento, para esclarecer quais são as conclusões entregues.

Nós temos mais uma votação nominal. O Deputado Eduardo Cunha não está cooperando com o andamento dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Presidente, não seria possível um acordo de, não sendo votações... São requerimentos de urgência. Há as orientações partidárias, e nós estamos aqui na CPI. Não seria possível à Presidência ter posteriormente uma conversa para que fôssemos abonados, para que isso seja consolidado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É uma conversa que tem que ser feita, mas ainda...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Porque, senão, é uma coisa irracional. É bom porque promovemos a saúde com a caminhada, saímos da vida sedentária, mas ficamos nessa correria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Deputado Paulo Azi quer ir também, logicamente. Vamos, mais uma vez, suspender a reunião por 3 ou 4 minutos. É o tempo que eu estou levando para ir e voltar.

Suspendo a reunião por 4 minutos.



(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É bom quando o Dr. Paulo Azi está aqui para a gente começar. Vamos começar com o Dr. Raul Jungmann.

Com a palavra o Deputado Raul Jungmann. Na ausência do Deputado Paulo Azi, que não chegou da votação, vamos retomar o trabalho com V.Exa.

Com a palavra o Deputado Raul Jungmann, agregando o tempo de Líder da Minoria.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sr. Presidente, muito obrigado. Espero ter recuperado o fôlego dessas idas e vindas, para poder fazer alguns questionamentos.

Sr. Alexej Predtechensky, boa tarde. O senhor já nos disse aqui que conheceu o Sr. Fabrizio Dulcetti Neves. De acordo? O Senhor, juntamente com ele, é objeto de um procedimento pela Comissão de Valores Mobiliários com base em um processo que está sendo tocado pela SEC, nos Estados Unidos. O senhor sabia que o Sr. Frabrizio Dulcetti é considerado foragido pela Justiça hoje?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O senhor sabia que o Sr. Frabrizio tem ameaçado testemunhas que têm testemunhado contra ele?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O senhor tem ameaçado testemunhas que têm deposto, que têm dado depoimento contra o senhor.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Jamais.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Muito bem. O senhor é associado ao fundo Atlântico? Tem alguma participação no fundo Atlântico?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - De forma alguma.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Pela SEC dos Estados Unidos, o senhor é tido, é dado como sendo o detentor do Spectra Group, que é um fundo *offshore*. E na constituição desse fundo, o Sr. Fabrizio consta como testemunha, segundo as autoridades americanas, procedimento este que tem desdobramento na mesma direção pela CVM aqui do Brasil. O senhor tem conhecimento desse termo constitutivo? O senhor é o responsável pelo Spectra Group? E qual a relação no âmbito do Spectra Group com o Sr. Fabrizio?



O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Eu tenho conhecimento desse documento, que é o documento de formação do *trust*, que me foi remetido pela AMICORP, por sugestão...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Desculpe, foi remetido por quem?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - É uma empresa chamada AMICORP, uma empresa multinacional especializada em montar esse esquema jurídico para estrangeiros que visem comprar imóvel ou ter conta no exterior.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Então, o senhor nega qualquer participação no Spectra Group?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não. Existe o Spectra Trust que eu firmei. Ele não tem natureza jurídica.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - E, no Spectra Trust que o senhor firmou, o Sr. Fabrizio Dulcetti consta como testemunha?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Como testemunha.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Por quê?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não sei. O que me leva...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Quer dizer, o senhor é dono de um fundo, de um grupo no exterior que tem como testemunha o Sr. Fabrizio, e o senhor não conhece, o senhor não sabe qual é o motivo pelo qual ele está como testemunha?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Isso é um contrato.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Mas isso foi submetido ao senhor, não foi?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Foi.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - E lá ele já constava como testemunha. Então, é do conhecimento do senhor.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Ou o senhor simplesmente assinou um documento constitutivo, do qual o senhor é responsável, com uma testemunha que o senhor desconhecia, ou que o senhor não aceitava?



O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Excelência, é praxe assinar um contrato, e, normalmente, as testemunhas são de praxe. Elas não representam. Elas só, pelo Código Civil, dão validade ao contrato. Então, o que eu depreendo disso?

Quem me indicou a AMICORP, que é essa empresa, foi o Fabrizio. A AMICORP mandou esses documentos. Eu firmei. Eles mandaram assinado por eles, e eu firmei o contrato. As testemunhas estavam em branco. Depois, pelas fraudes cometidas, eu chego à conclusão de que o Fabrizio tinha relação com alguém da AMICORP, para aceitarem abrir uma conta irregular, movimentarem essa conta de uma maneira irregular, e aceitarem ainda uma assinatura irregular.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Então, o senhor está acusando aqui o Sr. Fabrizio de estelionato. É isso?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Se for esse o crime.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Então o senhor o acusa de estelionato? Muito bem.

O Senhor Fabrizio era responsável pelo fundo Atlântico, e, nesse fundo Atlântico, o senhor fez vários investimentos, inclusive com recursos da POSTALIS. O senhor não acha um tanto quanto estranho, eu pergunto ao senhor, o fato de o senhor agora acusar de estelionato alguém que no passado o senhor investiu de recursos dos carteiros, dos 110 mil carteiros da POSTALIS? O senhor não tinha informação? O senhor não sabia como isso... Como é que o senhor considera, como é que o senhor se autoavalia como executivo, se o senhor faz um investimento num fundo de um cidadão que agora o senhor está dizendo que falsificou documentos e que cometeu estelionato? O que é que o senhor tem a dizer? Como é que o senhor se autoavalia?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Eu me avalio como uma pessoa normal e decente. Porque eu não tenho... A aplicação que foi feita 5, 6 anos, antes... Tudo isso que o Senhor está falando, que o senhor relatou, que o Sr. Fabrizio, hoje, que não era de meu conhecimento, que ele é fugitivo da polícia, que ele fez esse *tack* com a SEC, isso tudo foi feito em 2012 para 2013. E esse investimento existe desde 2005. E quando foi feita essa seleção — até bom que o senhor perguntou... A seleção dos gestores é feita dentro de um instituto. Existem uns pré-requisitos. Quem faz essa seleção é a Risk Office, que analisa a capacidade técnica, o histórico



desses gestores, e, depois, submete, faz uma relação por setor, por vocação, e submete isso ao Banco Mellon. O Mellon, também, tem essa discricionariedade de operar os fundos, mas limitado àquele universo pré-escolhido pela Risk Office, uma terceira empresa especializada de gestores.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sr. Alexi, eu agradeço. Tenho limitação de tempo. Eu quero apenas registrar que esse é um caso, realmente, que nos causa espécie, dado que o senhor tem um relacionamento ao longo do tempo, e negócios, inclusive testemunha numa empresa da qual o senhor é responsável, um estelionatário, segundo o senhor aqui nos disse. O senhor pode não ter conhecido anteriormente, mas caberia ao senhor, como a qualquer cidadão diante do ilícito, denunciar, como o senhor fez agora. O senhor não fez antes. Está fazendo agora.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Eu fiz.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O senhor denunciou onde o estelionatário?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Eu o acuso, no meu depoimento, à Polícia Federal, e eu o acuso no processo administrativo que está correndo dentro da CVM.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sei.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - E esse documento eu vou estar disponibilizando à Mesa, agora ou no final do depoimento.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Mudando de assunto, no dia 30 de abril de 2010 o senhor se torna conselheiro no conselho de administração...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pode ser agora sim.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perdão. É porque o Dr. Saulo estava falando comigo. Mas, se puder disponibilizar a documentação agora...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sim. Óbvio! Bem lembrado.

No dia 30 de abril de 2010, o senhor se torna conselheiro do conselho de administração do BVA, acredito que como representante da POSTALIS, onde foram feitos volumosos investimentos. Em 2012, esse banco quebra, e, também, nesse período, o senhor sancionou investimento na Multiner uma empresa de energia, o que também representou prejuízos para a POSTALIS. Mais uma vez, como é que o



senhor se avalia como executivo, sendo que o conselho de administração, teve 2 anos aqui dentro, deu prejuízos a investimentos do BVA, deu prejuízo no investimento da Multiner? O senhor é um bom executivo? O senhor não teve condições de acompanhar, de ver isso, de ver evolução negativa para POSTALIS de todo esse investimento estando no conselho de administração do BVA?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Deputado, desculpe-me, mas eu nunca participei do conselho do BVA.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O senhor não participou na qualidade de conselheiro de administração?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Não participou?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não. Do BVA, não. Eu participei do conselho de administração indicado pelo *pool* dos fundos, que era dos 18 fundos de pensão, no conselho da Multiner.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Da...?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Multiner.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Perfeito. Então eu recoloco...

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Eu não fui conselheiro de um banco.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Tudo bem. Eu refaço, e vou procurar investigar. Mas o senhor não tinha informação suficiente dessa empresa e do que ela representou em prejuízo para o fundo POSTALIS, como presidente da POSTALIS?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Ela não representou um profundo prejuízo.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Ah! Foi um profundo raso, um raso prejuízo.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Excelência, um fundo de investimentos de participações, um FIP, eu queria até pedir licença e aproveitar as palavras da Deputada Erika Kokay, que já por diversas vezes levantou essa questão, todo fundo de investimento tem um período de maturação. Esse Fundo Multiner de energia, qual era o propósito dele? Construir termoelétricas, construir um parque eólico de energia. Então, isso representa, isso dá... Vamos dizer nos termos técnicos. Você



tem uma curva “j”. Você primeiro investe. Ele te dá um prejuízo, vamos dizer assim, tecnicamente, porque você investiu dinheiro...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Prejuízo raso.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - ...para o retorno vir mais tarde. Para o senhor ter uma ideia, o Parque Eólico da Multiner ficou pronto e aguardando quase 2 anos a ligação do Linhão que a ELETRONORTE, a CHESF não fez lá no Nordeste.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Pelo que eu entendi, o senhor está querendo dizer, então, que a parte “passar do prejuízo hoje” significa o quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Já é para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Desculpe-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O prejuízo você sabe informar qual é?

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Não, eu quero saber apenas se hoje já se reverteu esse prejuízo, quer dizer, se está resolvido, se, hoje, está no azul o investimento que foi feito pela POSTALIS na Multiner. Então...

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Hoje, a Multiner foi vendida para o Grupo Bolognesi...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Mas isso representou... Pra mim é essencial. O senhor me permite? Desculpe-me por interrompê-lo. É o seguinte: no final de contas, o investimento foi revertido ou permaneceu como uma perda ou negativo?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Ele está sendo revertido.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Como? Então, não foi até agora?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Excelência, estou há 3 anos fora. Eu não acompanho esses números.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sim, mas...

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - O que eu sei é o caso da RAESA, que estava pendente do *closing*, estava produzindo energia. O Parque Eólico está produzindo energia.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Tudo bem, tudo bem. Está produzindo energia, mas o prejuízo ficou com a POSTALIS, pelo menos até que a gente tenha outra informação. Por uma questão de tempo eu vou...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Peço que já conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O senhor me permita? Eu esperei aqui um bocado de tempo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Já lhe dei tempo de Líder, já lhe dei o tempo de perguntas. É só para irmos avançando.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Então, Sr. Presidente, vou fazer uma série de perguntas de uma vez só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Faça-as.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Infelizmente, não é possível a gente fazer como deveria ser.

O senhor responde a uma ação de execução hipotecária no Sistema Financeiro de Habitação na Justiça do Distrito Federal? Qual é o objeto dessa demanda? Vou fazer as perguntas. Se o senhor puder anotar, por favor, eu pediria que o senhor respondesse em conjunto. Por que a POSTALIS adquiriu debêntures da construtora Mudar? De quem foi a decisão e qual o resultado, pelo menos até o senhor sair? O senhor disse que está fora há 3 anos. Qual o resultado dessa operação? Como a POSTALIS investiu no Fundo Brasil Sovereign? Por que a intermediação da Atlântica Asset? Por que a intermediação da Latam Financeira, ambas do Sr. Fabrizio Dulcetti, no USA, nos Estados Unidos? E quanto isso custou à POSTALIS? Qual o tamanho do prejuízo dessa operação? Qual o papel do Banco Mellon na gestão dos recursos da POSTALIS? Quais os problemas identificados? Sobre conta no exterior, o senhor poderia nos dizer se tem ou não conta no exterior e se elas estão declaradas? O senhor poderia nos dizer qual o seu relacionamento com o Sr. André Barbieri Perpétuo, com o Sr. Cristiano Diordi Müller Carioba, com o Sr. Leandro Ucker, com o Sr. João Carlos Lopes Xavier de Oliveira? Se o senhor tem ou não, se conhece ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Qual o último nome?

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O último nome vou repetir: José Carlos Lopes Xavier de Oliveira. Por que o POSTALIS investiu no Grupo Galileo? O que aconteceu com os investimentos feitos no Grupo Galileo? O senhor comandou a compra de ativos do grupo EBX? Quando? O que aconteceu com os investimentos



feitos no grupo EBX em relação a prejuízos ou a ganhos para a POSTALIS? O senhor comandou a compra de títulos do Banco BVA? O senhor comandou a compra de títulos do Banco Cruzeiro do Sul? O senhor comandou a compra de papéis da Gestora de Recebíveis Tetto Habitação, outro grande prejuízo, Presidente, que teve a POSTALIS? O senhor comandou investimento da POSTALIS na empresa — isso aqui já foi visto — na Multiner, na REASA, Rio Amazonas Energia ou New Energy? E, por último, quais os resultados de todos esses investimentos aqui que eu listei? Se o senhor poderia me dizer de uma maneira simples, sintética, inclusive atendendo ao Presidente, pelo menos durante o tempo que o senhor estava lá. Evidentemente, sobre os 3 anos depois o senhor não tem informação, mas durante esse período, com o jota, como seja, como é que ficou essa situação? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Alguns questionamentos já foram feitos. Peço que o senhor passe objetivamente por eles, principalmente pelos que já foram respondidos, e também nas outras respostas com a objetividade necessária.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - A execução hipotecária. Em 1992, eu vendi um apartamento para uma senhora chamada Isolda. Sobrenome, não me lembro. É alemão. Ela não transferiu o financiamento. Era um financiamento do Banco Nacional, que em seguida quebrou no PROER. O UNIBANCO assumiu. Tentou fazer um acordo com ela. Não fez. E, felizmente, esse processo terminou, está terminando agora.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNG MANN - Não terminou?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não. Ele está terminando. Estou lhe informando, Excelência. Já houve despacho do juiz para adjudicação do imóvel ao Itaú, Unibanco agora aqui, não é? Então, eles retomaram o imóvel, quitando a dívida.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNG MANN - O imóvel que pertencia ao senhor.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não. Eu vendi para a Isolda e ela não transferiu o financiamento para o nome dela. Ficou no meu nome. Ficou inadimplente com o banco. O banco começou a executar. Isso tem vinte e poucos



anos. Isso demorou por causa do PROER. O Banco Nacional quebrou, passou para o Unibanco, fusão do Unibanco com o Itaú.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O.k. Acho que está respondida. Alguma relevância nisso? Vamos avançar. Respondeu.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - E quanto à empresa Mudar, o que eu posso informar é que tudo foi feito de acordo com a legislação, com o que manda a legislação, a política de investimentos do POSTALIS, com *rating*, com tudo.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Com ocorrência de prejuízo ou não para o POSTALIS?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Excelência, eu acho que... Na minha época, não tinha dado. Eu não sei. Ele deve ter sido provisionado hoje, não é?

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Provisionado.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Mas tem garantias reais, recuperáveis.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Podemos ir adiante.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Do Brasil Sovereign, Atlântica e a Latam eu acho que já conversamos, já falamos sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Já. Já falamos sobre isso.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - O papel do Banco Mellon. O Banco Mellon é o banco administrador fiduciário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Também já falamos sobre isso.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Ele é responsável por tudo que ele faz, o que está abaixo dele.

Contas no exterior. Eu nego conta no exterior. Eu não tenho conta no exterior. A conta que se apresenta foi falsificada nesse papel da SEC a que o senhor se referiu. Lá, o próprio funcionário descreve que ele passa tinta branca, cola, copia, cola, faz misérias lá.

Andre Barbieri eu conheço. Era Diretor Comercial da Atlântica. Conheço até hoje. Tenho um relacionamento social com ele até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Dessa mesma Atlântica do Fabrizio Neves?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Isso.



O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sim.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - A outra pessoa é?

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Cristiano George.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O André Barbieri, ele não está envolvido nesses processos, não, junto com o Fabrizio Neves? O senhor sabe informar?

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Está, sim, senhor.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Eu acho que ele está relacionado.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Está relacionado! O próximo é Cristiano George.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Cristiano, eu sei que ele trabalhava para a Latam, mas eu não tenho grande contato nem relacionamento com ele.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Leandro Ucker.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - O Leandro Ucker era também diretor da Atlântica e da Latam.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - E o senhor o conhece?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Conheço formalmente das apresentações que eles faziam no POSTALIS. Não tenho relação de amizade, não tenho relação nenhuma com ele. E José Carlos Lopes de Oliveira era o antigo Presidente do Banco Mellon, se não me falha a memória pelo nome. Para todo mundo, ele era conhecido como Zeca. *(Risos.)*

Sobre a Galileu, Presidente, eu acho que já falei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Já. O André Barbieri era de outros fundos com os quais o POSTALIS teve negócio também, a Socopa, a Riviera?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Era, da Riviera.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu acho que do Banco Paulista também.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - É um grupo só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É um grupo só. E ele era Diretor Comercial da Atlântica?



O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Era. Ele era da parte comercial da Atlântica. É... O grupo... As ações do EBX foram compradas pela carteira terceirizada pelo Mellon.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Durante a sua gestão?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Durante a minha gestão.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Muito bem.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - É... Posso lhe afirmar que, até a data da minha saída, essas ações estavam rendendo, porque até 2012 o império Eike não tinha desmoronado. Ele desmoronou em 2013. Então, nessa época, essas ações não deram prejuízo. Agora, depois, o que foi feito eu não sei.

Títulos do BVA. Isso não foi comprado na minha época. Isso foi comprado agora em 2013 — sei lá —, 2 meses antes da intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Foi, já na gestão do Conquista.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Espera aí: o banco quebrou em 2012.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Então, eu saí no início de 2012, e esses títulos foram comprados no final de 2012.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Quer dizer, o senhor não tem nenhuma responsabilidade sobre a compra desses títulos?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não, eu não estava...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Nada?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Nada.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O.k. Vamos adiante.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - A Tetto...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Não, não. O Cruzeiro do Sul antes.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Cruzeiro do Sul...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Que também quebrou.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Quebrou, mas era um DPGE que foi 100% recuperado.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sim, mas foi durante a sua gestão?



O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Foi, mas era um DPGE que tinha a garantia do fundo garantidor.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Ou seja, não deu nenhum prejuízo ao POSTALIS?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não, ele foi 100% pago.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Muito bem. Chegamos à Tetto Habitação.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - A Tetto é o fundo, o FCVS, o que também já foi discutido aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Segundo ele alega, a responsabilidade teria sido da Caixa Econômica Federal.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Existe até processo na Justiça contra a Caixa sobre isso. Sobre a Raesa nós já falamos. Ela pertence ao Grupo Motion e está sendo incorporada...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É a que o senhor esteve na inauguração com o Presidente Lula?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Quanto aos resultados, na minha época, boa parte desses resultados que eu apresentei aqui do déficit, do que foi provisionado, foi provisionado principalmente ao longo do ano de 2012, 2013 e 2014. Então, na minha época, quando eu saí, a maior parte desses títulos eles estavam performando.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Então o senhor alega que hoje o buraco que existe de 5,7 bilhões no POSTALIS não é resultante da sua gestão, mas, sim, da posterior?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não. Primeiro, os 5,7 bilhões não são... Metade desse valor é de origem atuarial e da RTSA, de que nós falamos. E a outra metade, a outra grande metade é de investimentos, sendo que, dessa metade, metade é de responsabilidade do Mellon.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Ser atuarial não exime a responsabilidade da gestão. Parece que o que se quer, Presidente — apenas a título de comentário —, é separar o problema financeiro do atuarial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para concluir, Deputado.



O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Não, é isso. É porque muitas vezes você faz uma avaliação que cria espaço para investimentos que não valem à pena, e isso termina resultando exatamente em déficit atuarial.

Então, essa separação é querer fazer, simplesmente, um estanque ou colocar uma espécie de biombo nas responsabilidades. E eu não estou querendo dizer que são, necessariamente, todas suas. Eu estou dizendo apenas que não concordo com a metodologia que o senhor coloca, como se atuarial fosse uma coisa e financeira fosse outra. É claro que são outras, mas são de responsabilidade da gestão, independentemente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito!

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Isso é claro para mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para concluir, Deputado Raul Jungsmann, o que acontece é a divergência de posições.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Claro!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Dr. Conquista, o atual Presidente, diz que a culpa é da gestão passada. A gestão passada, que é o Dr. Alexej, diz que a culpa é da gestão atual. O papel desta Comissão é fazer uma avaliação das tomadas de decisão e ver não só o resultado. Eu acho que isso é o mais importante. Não nós temos que medir o sucesso da gestão pelo resultado do fundo. Prejuízo às vezes acontece. O problema é a tomada de decisão, quando essa tomada de decisão é viciada ou acontece por tráfico de influência, por aparelhamento de gestão ou para direcionamento a negócios e títulos podres.

Esse é o papel da Comissão. Com certeza, o Dr. Alexej não vai dizer que a culpa é dele, assim como o Conquista não disse que a culpa era dele. Esta Comissão é que vai decidir, através do papel do Relator e da contribuição de V.Exas., de quem é a culpa, porque sabemos quem perdeu. Quem perdeu foram os aposentados. Quem ganhou é o que vamos descobrir, porque alguém ganhou em cima do prejuízo deles.

Com a palavra o Deputado Paulo Azi.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Só duas coisas, Presidente. Não vou perguntar mais.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Já está todo o mundo reclamando, Deputado. Eu tenho tido tolerância com o seu tempo.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sr. Presidente, eu não vou fazer perguntas, não vou fazer nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu sei, mas outros querem fazer. O problema é esse.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sr. Presidente, eu cheguei cedo. Estou aqui. Respeito o tempo de todos, inclusive o do meu colega Paulo Azi. Não vou tomar mais de 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - V.Exa. tem 30 segundos.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Quero apenas informar que estamos fazendo um requerimento para que o senhor Dulcetti venha a esta CPI e, sem querer discordar da palavra do Sr. Alexej, também pedindo a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico dele.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Exato. Os quais ele, inclusive, já concordou em transferir. Vai deixar à disposição desta Comissão, para ajudar o trabalho de investigação de V.Exa.

Deputado Paulo Azi com a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Agradeço a V.Exa.

Sr. Alexej, o senhor é casado?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Sou.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Quantos filhos o senhor tem?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Dois.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - O senhor já disse que é investigado pela Polícia Federal. O senhor já foi indiciado? É réu de alguma ação criminal?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não, não.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Eu sinto, Sr. Alexej, que o futuro de V.Sa. é na cadeia. São inúmeras as denúncias, são inúmeras as evidências que pesam sobre V.Sa.

Na defesa prévia que fez a esta Comissão, o senhor tenta se colocar como um bode expiatório, como alguém que foi escolhido para pagar por todos os erros



que vêm acontecendo nos fundos de pensão do Brasil. V.Sa. foi muito claro. Insinuou isso — praticamente afirmou —, quando disse, por exemplo, que as coisas erradas não acontecem só no POSTALIS. Depois, V.Sa. afirma que a PREVIC se concentra na administração de V.Sa., que esquece os anos posteriores e que esquece os outros fundos de pensão. Portanto, V.Sa. já está preparando talvez os argumentos futuros.

E aí pergunto com muita objetividade a V.Sa.: quando, lá na frente, porventura se deparar com Sergio Moro ou alguém do mesmo estilo que ele, V.Sa. já admitiu, já pensou e já tratou com seu advogado da possibilidade de fazer uma delação premiada? É a pergunta que faço a V.Sa.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Excelência, não tenho que fazer delação premiada. Eu não fiz a mando de ninguém e nem a favor de ninguém.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Quando eu perguntei a V.Sa. sobre sua família o fiz porque todos nós que estamos acompanhando o noticiário sabemos que é a família que, em muitos casos, convence o denunciado a proceder pela delação premiada. Portanto, eu sugiro a V.Sa. que comece a tratar com a sua esposa, com seus filhos para, quando V.Sa. chegar a essa situação, já ter algo mais ou menos decidido.

Eu vou tentar aqui, Presidente, ser sucinto nos meus questionamentos. A maioria deles já foi feita.

Com relação a Cajamar, V.Sa. iniciou o processo? Não foi V.Sa. que concluiu, mas V.Sa. deu algum parecer pela aceitação ou não desse negócio?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não, o parecer, não. Eu recebi uma proposta preliminar. Baseado nessa proposta preliminar, sem entrar em detalhes e sem entrar em preços, sem nada, eu informei à diretoria dos Correios que, caso o preço seja este “X”, tem que ter um contrato de 10 anos mais 10 anos, de 20 anos, com uma mensalidade “Y”, corrigida pelos índices INPC mais 6, que são os índices atuariais.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Então, V.Sa. deu um parecer pela contratação futura do negócio?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não, não dei um parecer. Eu falei que, para essa situação, que na época era praticamente hipotética, para essa situação o



negócio só seria bom para o POSTALIS se fosse nesse preço, se o aluguel fosse por esse valor. Só isso. Eu não disse que era bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deputado Paulo Azi, face à votação nominal no plenário e ao esvaziamento da nossa Comissão por conta disso, vamos suspender por 3 minutos e vamos lá para votar nós dois também, e já retornamos. O tempo será suspenso. E retornaremos o tempo de V.Exa. na sequência.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Paulo Azi.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Ainda com relação a Cajamar, a esse modelo de negócio que foi feito lá. A patrocinadora tem um terreno, um imóvel, e aparece uma empresa, uma construtora com um projeto, e esse projeto, então, é encaminhado ao fundo de pensão, e o fundo de pensão patrocina. Esse é o modelo utilizado no POSTALIS para outras situações parecidas? E V.Sa. tem conhecimento se esse modelo também é utilizado em outros fundos de pensão?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Excelência, esse modelo no Cajamar foi o primeiro investimento que o POSTALIS fez posterior à minha saída nessa modalidade. Nunca houve isso antes. Em relação aos outros fundos, eu não posso afirmar, mas não duvidaria que tivesse.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - O senhor afirma aqui que a sua indicação se deu através de uma indicação do ex-diretor da empresa. V.Sa., pelo que parece, pelo *curriculum*, não tinha à época nenhuma especialização na área. Aliás, a única referência que se encontra é que V.Sa. trabalhou na construtora Encol e foi inclusive, à época, acusado de gestão fraudulenta. Não sei se V.Sa. poderia me confirmar essa informação.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não. Quer dizer, foram 70 pessoas acusadas na época da Encol. Não... Era de quarto escalão. Eu fui excluído do processo.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - V.Sa., então, apresentou um *curriculum* com, parece-me, apenas essa qualificação. Esse *curriculum* foi submetido a um parecer técnico e V.Sa., então, foi escolhido entre tantas opções como aquele a ser



indicado pela patrocinadora. V.Sa. afirma que não houve nenhum tipo de apoio, nenhum tipo de indicação, nenhum tipo de interferência nessa escolha de V.Sa.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não. Quem me indicou não foi um diretor dos Correios. Foi o meu antecessor.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Seu antecessor. Sim.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - O anterior Presidente.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - O seu antecessor ficou 3 anos ou 6?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Seis.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Seis anos?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - É. Três mais três.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - O antecessor de V.Sa. também ficou 6 anos?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Ele ficou 10 anos.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - E era permitido à época ficar 10 anos?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Na época era em aberto. Depois, retroagindo 6 anos, de 2006, em 1996, em 2000, foi refeito o estatuto para três mais três.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - O Sr. Alberto Youssef vai estar aqui nesta CPI e, possivelmente, vai ser arguido com relação à relação que tem com V.Sa.

V.Sa. reafirma que se encontrou com o Sr. Youssef, sem nunca tê-lo conhecido, casualmente, em um restaurante e foi abordado por ele sem V.Sa. nunca tê-lo conhecido? Até V.Sa. traz uma opinião interessante, dizendo que, à época, não caiu a ficha. Então, V.Sa. estava sentando em um restaurante, não sei se só ou acompanhado, e aparece um cidadão de quem V.Sa. nunca ouviu falar, nunca conheceu, que lhe apresenta um cartão, e encerra-se aí a conversa. Dois anos depois, ele o procura, trata de algumas questões; dois anos depois, V.Sa. volta a se encontrar com ele. É apenas isso?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Eu quero ajudar V.Sa. O Sr. Alberto Youssef já fez delação premiada. Ele não tem nenhum interesse atualmente de omitir qualquer informação a qualquer investigação que porventura venha a existir. Ele será confrontado aqui.



O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Eu estava no restaurante, ele se apresentou e me deu um cartão da empresa dele.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - O senhor estava acompanhado ou sozinho?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Estava acompanhado. Ele me deu um cartão da empresa de investimentos dele, e isso eu recebia em qualquer lugar. Como eu falei, eu tenho uma pilha de cartões assim. As pessoas me procuram para oferecer investimentos e... Na época, já tinham passado quantos anos da Operação Farol da Colina, em 2010? A Farol da Colina foi em 2000 ou 2001, uma coisa assim. Eu não estava ligado nessa operação.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Com relação à contratação de gestora, tipo a Atlântica ou tipo Diamond...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Vou concluir, Presidente.

Essas contratações são feitas pelo fundo ou pela administradora, no caso o banco?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - A seleção é feita por uma terceira empresa que analisa o currículo, analisa o perfil da gestora. Essa relação das empresas gestoras era entregue ao Banco Mellon, e o Banco Mellon, em função do perfil de cada gestora, dentro dessa lista que lhe é entregue, escolhe a gestora.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Alguém do Governo ou da patrocinadora fez alguma sugestão à direção do POSTALIS com relação ao investimento na EBX?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Que eu saiba, não. Na minha época, foi feito via Mellon.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - E com relação à Sete Brasil, como essa opção de investimento chegou ao POSTALIS?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Nunca chegou. O POSTALIS não faz parte da Sete Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Nem nunca foi oferecido?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não foram procurados?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não fomos procurados.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não é que negaram, não, nunca foram procurados.

O Deputado Rocha está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente, eu acompanhei aqui atentamente os Parlamentares e o depoimento também do Sr. Alexej.

Concordando com o que disse o Deputado Marcus Pestana, a vida do Sr. Alexej é pontuada pela recorrência da Lei de Murphy, e eu vejo que o seu futuro também. Parece que a Lei de Murphy vai se casando com o seu futuro.

Também vejo que V.Sa. é dado a estar presente no meio de coincidências. Aí, eu quero dizer que o Sr. José Augusto Ferreira, um dos donos do BVA, que deu prejuízo ao POSTALIS, também era proprietário, à época, da Multiner, que também deu prejuízo ao POSTALIS. E no BVA tinha o Sr. Ivo Ledo, Diretor do Fundo Vitória, um dos proprietários desse fundo, que também deu prejuízo ao POSTALIS. Na verdade, é uma rede de pessoas que ganharam dinheiro, e ganharam muito dinheiro — dinheiro esse que hoje está fazendo falta na aposentadoria dos nossos carteiros. A mídia coloca o senhor na conta do Senador Edison Lobão, mesmo com V.Sa. negando, mas a mídia colocou isso claramente.

Outra coincidência, e aí já ligada a outro Senador do PMDB, o Senador Renan Calheiros, atual Presidente do Congresso, que é ligado ao Sr. Milton Lyra, o mesmo Milton Lira que comprou o prédio do POSTALIS, o mesmo Milton Lyra que deu prejuízo, que foi o gestor do Galileo, onde o POSTALIS também teve prejuízo. Coincidências!... O Sr. Fabrizio Neves, que hoje parece que não é mais seu amigo, mas tinha uma relação muito íntima, muito próxima... O certo é que, no mínimo, no mínimo, V.Sa. foi muito negligente com o recurso do POSTALIS.

E, voltando à Lei de Murphy, eu olho aqui para V.Sa. e vejo, no seu semblante, a imagem de pessoas como, por exemplo, Marcos Valério, que protegeu pessoas, políticos, e depois arcou sozinho com as consequências, ou boa parte delas. V.Sa. tem conhecimento, acompanhou — eu vi, porque estava até reportando sobre o que a Deputada Erika Kokay falou aqui nas sessões da CPI, talvez não na sessão reservada —, que, até agora, todos os prejuízos do POSTALIS, quer sejam os Parlamentares do Governo, quer seja o atual Diretor ou mesmo a PREVIC, são imputados a V.Sa.



V.Sa. falou que responde ou recebeu 27 notificações da PREVIC. Aqui, o Diretor da PREVIC falou em 32. V.Sa. vai receber mais 5, então; deve estar recebendo mais 5.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Queira concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Então, eu queria aqui fazer algumas perguntas, Sr. Presidente, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ROCHA - O senhor admitiu que abriu uma conta no exterior. Eu queria saber de V.Sa. se essa conta foi declarada no seu Imposto de Renda — pessoa física ou jurídica. Essa é uma pergunta, mas tem mais.

Como se deu essa participação, neste investimento, na Atlântica Saúde, já que ela está bem acima daquele limite permitido pela própria legislação?

E aí, Sr. Presidente, tinha mais coisas aqui: V.Sa. já fez remessa de dólares ou outra moeda para o exterior? *(Pausa.)*

Sr. Presidente, eu queria só concluir...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho) - A última pergunta?

O SR. DEPUTADO ROCHA - Agora, não é mais pergunta, não. Eu quero alertar o Sr. Alexej Predtechensky de que a CPI não é só isso aqui, não, certo? E V.Sa. sabe — acredito que, se não sabia, foi informado — que está sendo investigado por outros órgãos. Então, acho que V.Sa. — e aí não sei se é interessante para a sua defesa — talvez tenha a chance, aqui, de começar a desconstruir aquilo que foi construído.

Eu sei que, hoje, eu vim para cá, e vim com a firme convicção, e ainda estou com ela, de que estou diante da pessoa que causou prejuízo a 110 mil participantes dos fundos de pensão — 110 mil participantes! Acho que V.Sa. tem, hoje, a chance de começar a reverter isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Sr. Alexej Predtechensky.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Excelência, quanto à conta no exterior: eu nunca abri uma conta no exterior. Eu volto, peremptoriamente, a afirmar: essa conta não é minha. Ela foi falsificada, ela foi aberta por outras pessoas. E, portanto, ela não está declarada na minha Declaração de Imposto de Renda.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor falou que tinha essa conta, que essa conta tinha o objetivo da aquisição de um apartamento.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não, eu falei que abri um *trust*. O *trust* não é uma conta; o *trust* é um testamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E esse *trust* está declarado na sua Declaração?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não, porque, como ele não tem patrimônio e não teve movimentação, a Receita, a instrução da Receita não obriga a declarar. Agora, conta no exterior, eu jamais tive, jamais abri. E fui vítima de uma fraude. Em relação à Atlântica Saúde, eu não investi — eu, não; o POSTALIS não investiu grandes valores na minha época, não. E remessa para o exterior: nunca remeti.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sobre essa questão de saúde, Dr. Alexej, a Atlântica Saúde é a mesma questão da Global Gestão de Saúde, ou não? É outro tema, não é isso?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Eu acho que é outro tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Na sua época, na época da sua gestão, foi criado o Acordo Coletivo de Trabalho, em 2011, para um Plano de Benefício de Medicamentos. O senhor confirma que teve essa assinatura?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É do seu conhecimento o Plano de Benefício de Medicamentos? E a empresa contratada foi a Global Gestão de Saúde. O senhor confirma isso?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Que dá direito a desconto na aquisição de medicamentos que constem em lista específica.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Mas era um convênio, não tinha investimentos nessa Global aí, nesta época.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não, era um convênio. E, desse convênio, foi assinado, para um valor de 28 reais, por empregado. É a informação que nós temos. E essa empresa pertence ao Maximiano, à família



Maximiano, que é o Max. Esse Max, que é responsável, o representante pela Global Saúde, o senhor tinha contato com ele no POSTALIS.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Sim, conheço ele, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ele o visitava com frequência?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não com frequência. Ele foi algumas vezes lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Certo. No final de 2012, ela era uma empresa de responsabilidade limitada, cerca de 200 mil reais. No final de 2012, transformou-se em S/A, com capital de 26 milhões. E o POSTALIS fez um investimento nessa empresa de 40 milhões de reais — ou seja, 25% do que era a Global. Não foi mais na sua gestão, mas o senhor tomou conhecimento dessa negociação entre o POSTALIS e a Global, no final de 2012.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não é do seu conhecimento? Perfeito. Mas da contratação inicial, em 2011, o senhor se recorda.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Era só o convênio,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Era só o convênio.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - ... que dava desconto em algumas farmácias credenciadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Desse convênio o senhor se recorda; depois, é claro, não é da sua gestão, no final de 2012.

Dentre as pessoas que foram questionadas, o senhor tem algum contato ou conhecimento com o Sr. Ricardo Berzoini, Ministro?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com o Ministro Gabas?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não tem contato? Não o conhece?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não, conhecer, já o conheci uma vez, sim, mas não tenho relação nenhuma com ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sem relação.

Com a palavra o Deputado João Rodrigues.



O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Sr. Presidente, Dr. Alexej Predtechensky, eu não vou aqui repetir, porque tudo que é pergunta já foi feita, e todos perguntaram absolutamente tudo que era necessário se perguntar.

Eu quero repetir três abordagens feitas por último. É óbvio que eu já sei que o senhor é casado, pai de família; não sei se é avô, ou não é ainda. Mas, enfim, o que eu estou sentindo aqui, doutor, e que se observa em a toda história da República e, aliás, desta Nova República, é que em todo escândalo sempre tem um que paga o pato. Nós tivemos o caso do Mensalão, e está lá hoje cumprindo pena Marcos Valério, porque, no primeiro momento, ele tentou ajudar, ajudar; e, depois, quando tentou se ajudar, foi muito tarde.

Eu sei do seu esforço, e deu para perceber na sua apresentação, logo de início. O senhor estava bastante tenso, obviamente, e eu não gostaria, e ninguém daqui gostaria de estar aqui no seu lugar, por mais que o senhor nos dê as informações que o senhor tem. O senhor faz tudo aquilo que é possível para explicar da melhor maneira possível. Mas, inegavelmente, o senhor tem um futuro complicado, obviamente de muitas audiências, muitos depoimentos, muitos comparecimentos a fóruns, a delegacias, à Polícia Federal, ao Ministério Público. E nota-se que, daqueles anteriores, de todos os fundos de pensão que aqui vieram dar depoimentos, todos convergem para o POSTALIS. Quando se abordam todos, todos apontam o POSTALIS como o grande problema dos fundos de pensão.

A PREVIC não foi diferente disso. Aqui, quando o seu Superintendente, na sua abordagem, colocou a mesma situação, sempre colocou o senhor no olho do furacão. Eu acho que o senhor teria a grande oportunidade, talvez começando hoje, porque hoje é o seu início, mas nós teremos uma série de outras oportunidades. Talvez aqui na CPI nem tanto, mas, se o senhor tivesse que revelar algo, para começar a trilhar o caminho de dormir tranquilo, de se despreocupar, porque, lá na frente, poderá ser tarde, quem sabe, qualquer manifestação sua poderá contribuir com isso que está muito enrolado.

O que nós estamos tratando aqui é do dinheiro de funcionários dos Correios. São carteiros, gente que ganha um salariozinho pequenininho para, no final do mês, pagar obrigatoriamente sua contribuição para ter sua aposentadoria, de diretores com salários altos, médios, de muita gente que, quando se aposentar agora, terá



que continuar contribuindo, porque parte do dinheiro do POSTALIS desapareceu, ora por más aplicações, ora por coincidentes más aplicações. E muitas delas não foram culpa sua, não. O senhor mesmo relatou: *“Não, não era comigo, não, isso é com outro”*. Mas o senhor note bem que ninguém aborda outro nome que não o seu. Ninguém fala de outros, a não ser diretamente do senhor.

Eu quero só fazer essa reflexão para que o senhor possa ainda repensar. Se tiver que dizer algo que não foi dito no dia de hoje, para começar a tirar a faca do peito, ou do pescoço, que o faça, porque eu imagino sua tensão nervosa, eu imagino o seu sentimento em casa, eu imagino a preocupação da sua família com este momento que o senhor vive.

O senhor deixou muito claro para todos nós: *“Eu só estou administrando um passivo”*. Mas é um passivo pessoal, porque essa conta todinha só o senhor vai pagar. Obviamente, sabemos que muitas coincidências que foram citadas aqui, do fulano, do beltrano, do sicrano, da empresa A, dos investimentos aqui, acolá, sobre um especificamente, dos terrenos da Cajamar, o senhor mesmo disse: *“Olha, não foi eu que comprei, não. Eu recebi a primeira proposta, dei o sinal verde, mas a concretização do negócio foi com meu sucessor”*. O senhor afirma isso, que quem comprou, sem influência de terceiros, foi o seu sucessor no POSTALIS?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - O contrato foi assinado 3 meses depois que eu saí.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - O negócio foi todo feito por ele ou só assinou?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Eu não sei... Da condição que eu recebi a proposta inicial para a condição que foi feita, é completamente diferente. Houve uma negociação depois da minha saída completamente diferente.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - A negociação finalizada foi diferente da iniciada?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - É... Praticamente não houve negociação inicial. Houve uma proposta inicial, onde eu fiz uma pré-análise e submeti à empresa, e depois fui embora.



O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - O senhor relatou aqui também que a PREVIC está devidamente aparelhada, e o senhor sugeriu que o aparelhamento vem do PT. O que é esse aparelhamento e por que é do PT? Qual é a razão disso?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Exatamente, pelo fato de nós, por exemplo, possuímos os mesmos investimentos que outros fundos, e só o POSTALIS ser autuado.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Mas por que o PT teria interesse nisso?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não sei.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Mas por que o senhor deduz que o PT aparelhou exatamente só para focar no POSTALIS? O senhor tem que ter alguma razão para deduzir isso.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Eu não sei. Se eu tivesse, eu falaria. Eu acho que é uma oportunidade para a CPI talvez ir mais fundo nisso.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Qual é a sugestão que o senhor dá para que nós possamos ir mais fundo nisso?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Investigar todos os fundos.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Não. Todos estão sendo investigados, mas o senhor dá uma informação que é preciosa. O senhor sugere: "O PT aparelhou a PREVIC de tal forma que..." Daí para frente, não sabemos. Mas por que o PT aparelhou a PREVIC, e qual seria o objetivo do aparelhamento?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não sei.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - O senhor induz, cita, mas não sabe?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não, seu só... Eu constato. Não é que eu induzo e cito. Eu constato. Estou sentido isso. É só isso.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - O senhor sente. O senhor tem um sentimento de que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - ... de que há uma convergência negativa em torno do seu nome? O senhor sente que há uma conspiração, ou pelo menos que tudo leva em torno... Quando se fala do POSTALIS, da falência, do



fracasso, de tudo de ruim e de errado, o senhor já sentiu que está em torno do seu nome isso?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Primeiro, eu não assino nada, nunca assinei nada sozinho.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Não. Pergunto: mas o senhor sente que está convergindo em torno do seu nome isso?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Está. Aparentemente, sim.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - O que significa que o senhor nunca assinou nada sozinho? Se algo der errado, tem mais gente envolvida nisso?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não. Já falei: qualquer coisa dentro do Instituto sempre dois diretores assinavam. Nunca ninguém... Eu nunca fiz um investimento sozinho, e nunca nenhum outro diretor fez um investimento sozinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço a participação do Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Finalizo, Sr. Presidente. Permita-me 1 minuto a mais. O Ministro Raul Jungmann teve 30; eu posso ter 1, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Queira concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Não sou diferente dos demais colegas que certamente tiveram a oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ele teve 30 segundos, e V.Exa. terá os 30 segundos restantes.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Eu aconselho os colegas a ficar calmos, porque eu não pretendo aqui envolver terceiros, até porque eu sei que a sua indicação é relacionada... Pelo menos a sua ligação política vem a ser com o PMDB, ou, pelos menos, com o Ministro Edison Lobão, a amizade pessoal... Por mais que o senhor diga que não houve indicação, também não vamos presumir ou vamos forçar que seja.

Eu só quero mais uma vez afirmar: Dr. Alexej, o senhor tem oportunidade ainda, não só aqui na CPI, mas daqui por diante, juntamente com o seu advogado, o Dr. Rodrigo, que terá muito trabalho, para obviamente poder lhe ajudar. E depois que surgiu o Sérgio Moro na vida dos brasileiros, mudou tudo. E depois que surgiu a



tal da “delação”, o negócio ficou mais complicado, porque não há negócio errado entre dois; um sempre vai contar a história antes do outro.

Mesmo que eu não queira presumir que o senhor tenha tido má-fé ou má intenção, mas se houve algo de errado, antecipe-se, antecipe-se para o seu bem, porque lá na frente o senhor poderá viver momentos extremamente amargos na sua vida, e é o que ninguém deseja.

Desejo boa sorte na sua caminhada.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Presidente, peço-lhe 10 segundos, não mais do que isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Tem gente na fila.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - É apenas uma pergunta muito rápida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Enquanto eu acho a ordem aqui dos inscritos, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Sr. Alexej, só me informe o seguinte: como foi a relação de V.Sa. com o Presidente dos Correios, Wagner Pinheiro? Foi uma relação amistosa? Foi uma relação conflituosa?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Foi normal. Eu diria normal, profissional, nem amistosa nem conflituosa.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Nem amistosa nem conflituosa.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - É, normal, profissional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Normal, já respondido. E só uma pergunta que o Deputado Rocha veio me trazer aqui: a questão do FIP Atlântica Saúde foi na sua gestão. O senhor diz que não foi. Não lhe traz à memória o FIP Atlântica Saúde?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não. O FIP Atlântica Saúde, sim, mas não valores exorbitantes. Ele foi aportado num valor eu acho que de 4 ou 5 milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Exato...

O SR. DEPUTADO ROCHA - Não. Foram 2 milhões investidos, e houve uma desvalorização de 99%. Valem 1.600 reais.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não. Foi mesmo. É porque aqui se perde a noção. Quando se fala da exorbitância, 2 milhões estão parecendo troco de pão. (*Palmas.*)

Eu sei que foi uma decisão, parece pouco. Talvez, na sua posição de poder, fazer um investimento de 2 milhões era pouco, mas foi um investimento de 2 milhões que hoje valem 1.600 reais.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Para complementar o que V.Exa. disse, ele disse que não foi na gestão dele. Eu queria saber se foi ou não foi, porque se...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não. O FIP Atlântica foi; no Global Saúde, que foi o segundo que eu perguntei, é que foi feito um convênio na gestão dele, mas depois foi feito um investimento de 25% nas contas de Seu Max.

Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Eu estou inclusive, Presidente, apresentando um requerimento de acareação entre o Sr. Alexej e o atual Presidente, Dr. Conquista, para que possamos dirimir essas dúvidas que estão surgindo aí durante os depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - No âmbito da investigação, nós chegaremos a esses passos; quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico, acareações... A nossa dificuldade e, ao mesmo tempo, o nosso protagonismo será esse. Nós não temos uma Lava-Jato ao nosso lado que produza os fatos depois de 1 ano de investigação. Quem está investigando somos nós, sem nenhum açodamento. Sei que esta hora é a hora de colhermos informações.

É por isso que nós damos tempo, porque, às vezes, uma resposta aqui, um esclarecimento sobre um fundo, amanhã será uma contradição que poderá ser colocada. Por isso nós estamos tendo essa parcimônia, para que possamos ouvir, porque, como nós estamos investigando, até para dar conhecimento aos senhores da imprensa que estão aqui, já temos o perito da Polícia Federal conosco e estão chegando um agente e um delegado, também com *expertise* na área financeira. Então, este momento agora é o de colher informações. Estamos colhendo. O momento de avançar nas decisões e deliberações virá logo a seguir. A Presidência está com absoluta consciência do ritmo que está imprimindo para que possamos avançar.



A Deputada Erika Kokay tem a palavra, agregado o tempo de Líder do PT.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Certamente, Sr. Presidente. Eu penso que o sentido desta CPI é nós verificarmos a origem ou fazermos um raio X acerca do déficit que atinge esses fundos de pensão, com exceção da PREVI, em que não há déficit, mas houve uma diminuição, houve, digamos assim, um resultado que impediu que houvesse a continuidade do pagamento ou da distribuição do superávit. Portanto, é investigarmos qual é o sentido e qual é a origem desses déficits que nós estamos trabalhando nesses 4 fundos de pensão.

Obviamente, penso eu, nós deveríamos, Deputado Assis Carvalho, estar discutindo vários fundo de pensão, e não apenas esses quatro, porque há fundos de pensão que inclusive já são objeto de ações no próprio Ministério Público, ou seja, o Metrus, em São Paulo, por exemplo, é um fundo de pensão que já está sendo investigado e já é objeto de ação do próprio Ministério Público.

Mas nós estamos discutindo esses quatro fundos de pensão. E aí é importante que nós possamos discorrer sobre esse déficit, para que nós possamos entendê-lo e a partir daí verificarmos se há dolo ou não. Constatado o dolo, nós obviamente temos que buscar a responsabilização das pessoas que o originaram.

Obviamente, nós estamos lidando com déficits que têm muita relação com renda variável, e renda variável envolve um risco, um risco absolutamente inerente ao próprio tipo de investimento. Obviamente, depois da crise que nós estamos sofrendo e, ao mesmo tempo, desde a constatação desses déficits, nós tivemos uma conservadorização dos investimentos nos fundos de pensão. Obviamente, há uma taxa de juros maior, então, a renda fixa, os títulos públicos passam a ter uma atração, uma atratividade que não havia anteriormente com um processo de redução da própria taxa de juros.

Então, em função disso, é muito importante que nós possamos analisar os fundos, e, particularmente, nós estamos nos dedicando aqui a analisar o POSTALIS nesta audiência. Obviamente, já escutamos o Presidente atual, e o Presidente atual discorreu sobre uma série de coisas, inclusive algumas mudanças que foram feitas, parece-me que diminuição de alçada, porque a alçada era uma alçada vultosa, uma alçada que induz ao risco. O Conselho Diretor do fundo tinha 2%, uma capacidade de 2% de investimento em um único negócio, o que significa uma temeridade, eu



acho, até porque, diferentemente de outros fundos, o POSTALIS não tem representantes eleitos na direção, não tem representantes, está em processo de tê-los, ou seja, a perspectiva é que logo mais nós tenhamos dois representantes dos trabalhadores e trabalhadoras compondo o Conselho Executivo daquele fundo, mas não havia.

Então, há ali um processo de renda variável, que tem um risco, enfim, que esse risco tem que ser analisado. E nós vamos perceber que há uma concentração, uma concentração dos investimentos em algumas agências de risco, investimentos, inclusive, que não deram retorno para o próprio POSTALIS.

Nós temos uma concentração no LF, na SR, e essa SRL, se não me engano, é um fundo, é uma agência que tem um passado que não justificaria a sua contratação. Ela falhou muito nos investimentos, na avaliação dos riscos dos investimentos do POSTALIS, e houve uma manutenção dessas próprias agências. Nós temos aqui, por exemplo, no que diz respeito ao POSTALIS, alguma coisa que pode ser encarada, inclusive, como conflito de interesse.

O BNY Mellon, que era gestor de vários fundos de investimento, inclusive em fundo referenciado em títulos da dívida soberana, que resultaram em provisionamento e mesmo em perda das aplicações do POSTALIS, também era gestor de vários fundos de investimento e era administrador fiduciário do próprio POSTALIS. Eu penso que ali se carrega um conflito de interesses. Eu sei e eu queria saber, inclusive, quando foi feito este contrato, se o contrato com a BNY Mellon sempre teve as mesmas cláusulas, as mesmas características, porque o que nós temos conhecimento é de que neste contrato a BNY assume todos os prejuízos, os resultados, que não são resultados, enfim, factível, ou resultados favoráveis do seu processo de investimento.

Mas nós vamos ver também esse conflito de investimento na KPMG, que era uma empresa de auditoria que cuidava das contas do POSTALIS, que preparava o próprio balanço do POSTALIS e também auditava. Ela auditava as contas do POSTALIS e auditava os fundos de investimento. Então, veja: é uma mesma empresa que cumpre uma função que, a meu ver, carrega uma contradição intrínseca.



Então, nós temos, nesse sentido, o POSTALIS com uma série de autos de infração. Esses autos de infração, diga-se de passagem, não tiveram, em grande parte, origem durante a atual gestão da PREVIC. A atual gestão da PREVIC, se não me falha a memória, teve início em 2014, no ano passado, e nós temos uma série de autos de infração que foram efetivados em 2012. Há, inclusive, a remessa de uma série de procedimentos ou de informações para órgãos de controle externo, como, por exemplo, o Ministério Público. Nós não estamos falando apenas de uma relação entre a PREVIC e o POSTALIS. Nós estamos falando de um processo colhido, em grande medida, por desenquadramentos, por investimentos duvidosos, por gestão temerária, pela própria PREVIC, que foi encaminhado para o Ministério Público.

Então, nós temos, nesse processo e no POSTALIS, na gestão do POSTALIS, uma série de elementos sobre os quais esta CPI não pode deixar que parem quaisquer dúvidas sobre esses investimentos, para que nós possamos cumprir a função precípua de uma CPI. Uma CPI não nasce com um objetivo ou com um ponto de chegada já determinado; ela nasce com um objetivo, com um ponto de partida determinado. E o ponto de partida é verificar a origem dos déficits e, a partir daí, verificar se há ou se não há dolo.

Aqui se sugeriu uma acareação entre o Presidente atual e V.Sa. Penso eu que não há muitas contradições. Nós temos uma série de apontamentos e contradições entre os dois depoimentos, até porque existe uma relação temporal. E essa relação temporal indica quem estava na gestão durante o processo ou durante a efetivação ou durante a construção dos investimentos que não tiveram retorno para o próprio POSTALIS.

Portanto, eu acho que nós temos uma função. Para além disso, acho que nós também temos — aí eu falo com o Relator — que fazer proposições. Uma das proposições que nós temos repetido é no sentido de que tenhamos mais tempo para ser dividido com os participantes, particularmente os déficits, porque estamos com um financiamento de longo prazo e não podemos ter apenas 3 anos. Mas acho que deveríamos avançar para uma legislação que tivesse mais controle sobre as agências de risco. Nós não podemos ter agências de risco que surjam de qualquer canto, que validem um investimento e que, depois, sejam utilizadas, em grande



medida — não estou me referindo especificamente a este caso —, como álibis de negócios que não tiveram retorno para os participantes, porque o fundo de pensão existe em função dos trabalhadores e das trabalhadoras daquela empresa.

Então, é preciso que tenhamos algum tipo de controle. Eu não posso pegar uma LF, uma SRL, essas empresas que estão concentradas... É muito importante que nós tenhamos a capacidade de fazer um raio X para ver que, em determinados casos, são essas agências... Essa SRL, inclusive, parece que o dono dela é dono do Instituto Millenium, que tem feito uma série de atividades e tal, enfim, políticas inclusive no nosso País, mas vejam: nós precisamos fazer um raio X, porque não pode ser mera coincidência que nós tenhamos as mesmas agências de risco avaliando os riscos de operações que não foram operações que valorizaram o próprio fundo ou que realizaram déficits ou prejuízo.

Por isso, eu sugiro — e encerro com isso, Presidente — que nós possamos avaliar, além de sugestões como transformar a PREVIC em uma agência, o que eu acho que é importante para solidificá-la, é importante ver aqui o que foi dito na avaliação e no depoimento do responsável pela PREVIC, que nós não temos 2% de comissionados ou de livre provimento naquela instituição. A grande maioria dos que trabalham lá são servidores do Estado, concursados, servidores do Estado. Então, isso para mim já é algo que é importante ser avaliado, do ponto de vista da isenção que têm os servidores concursados no desenvolvimento do seu problema, até pela sua permanência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Peço que conclua, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Vou concluir, Sr. Presidente. Mas, de toda sorte, é muito importante que nós possamos avançar na construção de uma agência, que nós possamos avançar para que os participantes não venham a pagar, no próximo ano, parte do déficit que não foi originado por eles, com certeza e seguramente, alguns desses déficits são circunstanciais e podem ser resolvidos, e que nós possamos avançar numa legislação de controle das agências de risco, porque não pode ser mera coincidência que duas agências ou três agências sejam as responsáveis, as responsáveis por avaliar riscos de operações que não foram operações que favoreceram os participantes, portanto, que trabalharam sem o devido primor, no mínimo, no mínimo, na melhor das hipóteses, sem a devida



capacidade técnica que os recursos que são dos empregados e empregadas exigem que se tenha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço a V.Exa.

Só temos apenas mais dois inscritos, o Deputado Assis Carvalho e o Deputado Enio Verri.

Com a palavra o Deputado Assis Carvalho.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Alexej, nós temos acompanhado a situação do POSTALIS, que amarga um déficit da ordem de mais de 5 bilhões, em torno de 5,6 bilhões. Sem sombra de dúvida, isso, para os funcionários dos Correios, é um sofrimento muito grande, porque o funcionário, ao esperar sua aposentadoria, é claro que ele também acredita que o seu fundo de pensão é a expectativa de poder ter um envelhecimento mais saudável, com uma garantia de poder ter um futuro promissor. Então, sei que esses funcionários estão sofrendo bastante, e aqui nós sabemos o quanto isso tem sido ruim para todos esses funcionários.

No entanto, ouvindo aqui V.Exa., eu me limito a poucas perguntas, questionando o seguinte: o senhor pode nos informar quais as motivações decorrentes dos processos de fiscalização da PREVIC que resultaram em aplicação de sanções para o senhor? Algumas delas foram conclusivas sobre a ocorrência de má-fé ou gestão temerária? O senhor já foi notificado da existência de procedimento investigatório do Ministério Público e da Polícia Federal, em decorrência da sua gestão no POSTALIS? Eu vou aproveitar e fazer logo as três perguntas, são poucas, e o senhor responde de uma vez só.

Uma das razões alegadas para o atual déficit atuarial do POSTALIS foi a concentração dos investimentos do POSTALIS em operações de renda variável. Quais as razões econômico-financeiras que justificaram a decisão do POSTALIS nesse tipo de investimento, na sua gestão como Presidente do POSTALIS? Elas se enquadravam no padrão de governança do POSTALIS à época? Quais as razões que levaram esses investimentos a não performarem?

E, por último — nós sabemos que estamos vivendo uma crise mundial, e eu não poderia também deixar de registrar —, em que medida o déficit financeiro do POSTALIS decorreria da perda dos investimentos em renda variável, queda das



ações da empresa brasileira em bolsa, em razão dos efeitos da crise internacional da economia brasileira?

Eu digo isso aqui, Sr. Presidente, porque sei que nós passamos por um momento difícil nessa questão dos fundos de pensão, sobretudo do POSTALIS. Mas eu não poderia também deixar de fazer uma observação sobre a sua colocação. Quando o senhor coloca que o PT aparelhou a PREVI, eu acho que poderia ter um certo cuidado com isso, porque o senhor mesmo disse que não sabe, mas registra. Eu penso que, quando o senhor também esteve no POSTALIS, eu teria muito cuidado em dizer que o POSTALIS não estava aparelhado. E, pelo que aconteceu no POSTALIS, é possível que tenha havido um erro de escolha de um técnico que pudesse fazer com que o POSTALIS respondesse à expectativa que o Governo ali esperava. Quem talvez tenha trabalhado com essa expectativa talvez pensasse que o desempenho poderia ser melhor, porque, às vezes, tem uma dosagem de preconceito muito grande: quando há um técnico de qualquer outro partido, não é aparelhamento, mas, para o filiado do PT, é aparelhamento. Eu acho que isso não ajuda.

Eu acho que o papel desta CPI é fazer o que a Deputada Erika Kokay colocou muito bem. É procurarmos alternativas de proteger não apenas o POSTALIS, mas os demais fundos de pensão, porque isso é importante para todos os funcionários, para todos os empregados das empresas que investem nesse fundo de pensão, que lutam para poder chegar a um certo momento e, nesse momento, ter uma oportunidade de, depois de aposentado, ter uma condição mais segura dentro da sua velhice, ter oportunidade de ter uma vida mais digna.

Então, eu queria concluir, Sr. Presidente, Sr. Alexej, apenas evitando esse tipo de situação. E quero dizer que é possível que o senhor passe por uma situação muito difícil, mas talvez mais difícil do que a sua situação seja imaginar que nós temos milhares de funcionários nos Correios que, talvez, pela má gestão que ali passou... E eu não acredito que tenha sido aparelhamento, não, eu não acredito que tenha sido. Mas, se tiver sido, lamentavelmente, a gestão de V.Sa. no POSTALIS deixou também muito sofrimento para os funcionários dos Correios, e isso também é uma dor para todos aqueles funcionários. E eu não quero acreditar que o POSTALIS tenha sido aparelhado.



Então, eu quero apenas deixar esse registro, para que tenhamos um certo cuidado, porque, quando é para os outros, é aparelhamento. Será que o POSTALIS também estava aparelhado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço ao Deputado Assis Carvalho.

Foi feita alguma pergunta? Pode responder, então.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Excelência, em relação aos autos da PREVIC, em nenhum consta má-fé. Consta só desenquadramento, não atendimento a... Eu não me recordo. Não existe isso. Em relação à notificação, de que existe um processo no MP e na Polícia Federal, eu estou ciente. Na Polícia Federal, eu fui depor em relação ao Sr. Fabrício Neves. Em relação ao déficit, em renda variável, o senhor mesmo falou que a situação econômica mundial e nacional não ajuda muito, e mesmo em relação à renda fixa. As empresas também estão sofrendo. Então, a atividade industrial está caindo, e, obviamente, isso aí reflete no balanço das empresas e no desempenho dessas empresas. Qual foi a sua última pergunta, Excelência?

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Em relação à crise internacional, à economia, isso pode ter tido algum efeito?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Obviamente, tem, né? Quantificar é difícil, mas, obviamente, tem, e, na atividade econômica, na realidade, vamos dizer assim, a roda está girando mais devagar.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Nas várias falas que o senhor tem colocado, parece até que há uma certa conspiração da PREVIC quando trata a questão dessa situação da sua gestão. O senhor considera que o Ministério Público, quando notifica V.Sa., tem também esse certo sentimento de como se fosse uma conspiração contra o senhor? Ou o senhor compreende que, realmente, o senhor fez uma má gestão no POSTALIS?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não é uma questão de má gestão. O Ministério Público ainda não me chamou, e eu não sei ainda o que eles vão perguntar. Em relação a quando eu falei em aparelhamento, é muito estranho um instituto ter o mesmo papel, e nós sermos autuados e outros não. Eu vou dar um exemplo. Nós fomos autuados em um papel de renda fixa de uma cédula bancária



da CELG — Companhia de Luz de Goiás. Nós fomos autuados, esse papel rendeu 140% do CDI; rendeu 15% acima da meta atuarial; foi resgatado antecipadamente; não causou 1 centavo de prejuízo. Muito pelo contrário, deu uma excelente renda. A CELESC, a empresa de luz, a Fundação CELOS, que é da empresa de energia de Santa Catarina, comprou o mesmo papel. Ela foi autuada, mas foi pela diretoria colegiada da PREVIC, o auto foi anulado para o mesmo papel.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - O Ministério Público e a Polícia Federal notificaram V.Sa. Eles estão também aparelhados pelo PT?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não, eu não sei. Isso eu não vou falar.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Seria bom o senhor fazer uma reflexão sobre isso, porque, quando se trata da PREVIC, o senhor diz que estão aparelhados. E a Polícia Federal e o Ministério Público? Por que o senhor acha que um está e o outro não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Questiono se o Deputado Enio Verri gostaria de fazer uso da palavra. É o último inscrito.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Já me senti contemplado. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Já se sentiu devidamente contemplado.

Aqui, Dr. Alexej, para concluir, antes de passar para as considerações finais, as informações que chegaram da nossa consultoria são de que existem alguns autos de infração, e nós vamos nos debruçar sobre eles, que dizem respeito a investimentos do POSTALIS sem análise de risco adequada referentes às debêntures do Grupo Galileo, FIP Multiner, Canabrava, entre outros casos. São as informações que me chegam — e eu ainda não me debrucei sobre o conteúdo especificamente — de que não se teria seguido a análise de risco nesse caso Galileo, FIP Multiner e debêntures Canabrava.

Também há um questionamento para saber se, nas decisões para investimentos feitos pela diretoria sem apreciação do conselho, que é naquele patamar de 2%, na época da sua gestão, havia algum limite mensal, semestral, anual ou a diretoria poderia fazer esses investimentos de forma ilimitada, desde que obedecesse a esse patamar de 2%.



O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Em relação ao patamar, não existia; era só 2%. Em relação aos outros, às primeiras questões dos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Dos autos de infração.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY -... dos autos de infração, isso novamente eu comentei na minha apresentação. Foram solicitados documentos pela PREVIC na SID, que é a solicitação de documentos, onde os processos vindos do POSTALIS foram incompletos para a PREVIC. E a PREVIC, inclusive, não manifestou, não nos procurou e não procurou saber. Então, por exemplo, um *rating*, basta entrar na página da empresa de *rating* que todos os *ratings* que ela concede são públicos; você pode simplesmente imprimi-los. Então, a fiscalização simplesmente não tem o *rating* e autuou. Nós solicitamos para a PREVIC, nessa troca de documentação, caso eventualmente haja uma falta de documento, uma falta de informação, que nós fôssemos envolvidos nesse processo inicial antes de gerar um auto, e nos foi negada essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Exato, por isso que eu estou dizendo que ainda vou me debruçar sobre o mérito.

Por exemplo, não é da sua época, mas já que estamos tratando de POSTALIS, há informação de que, em um investimento no fundo Income Value, há um relatório de *rating* datado de 25/10/2013, e o investimento foi feito em setembro de 2013; ou seja, o investimento anterior ao *rating*. Há realmente vários casos. Esse é de 2013, mas há, na sua gestão ainda, alguns questionamentos quanto à existência ou não de *rating* e de avaliação de riscos de algum negócio.

Algo que não foi perguntado aqui: quanto aos investimentos do POSTALIS na proposta de nova Bolsa de Valores, foi na sua gestão essa proposta?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor pode justificar o porquê desse investimento?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Olha, é um investimento que, no Brasil, no mundo inteiro, nos grandes países... Nos Estados Unidos, por exemplo, existem, eu acho, mais de dez bolsas alternativas, fora a NYSE, a Bolsa de Nova York. Em Londres, que é outra grande capital financeira na Europa, também existem bolsas independentes. Esse investimento tem uma sociedade: o POSTALIS, a empresa e a



Bolsa de Nova York. A Bolsa de Nova York é sócia desse empreendimento. Então...E o Banco Goldman Sachs era também. Então, eu acredito que, até para uma, vamos dizer assim, quebrar um monopólio de uma BOVESPA, é também de interesse ter essas bolsas alternativas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim) - Entendi. Mas o resultado financeiro disso até hoje não aconteceu?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não. Isso aí ainda está na fase de amadurecimento, ainda. Então, pela última informação, está para sair aí, a curto prazo, as últimas autorizações do Governo Federal .

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

Viu, Deputado Samuel Moreira, eu só acho que tem alguns... É claro que o papel desta Comissão vai ser chegar a conclusões. Agora, esse tal do termo de tempo de amadurecimento é sempre uma saída interessante. Não é só o Dr. Alexej que usa, outros fundos usam, mas é sempre para dizer: "*Não, esse fundo vai ser lucrativo; é porque não deu tempo para ele amadurecer ainda*". O problema é ficar podre antes de amadurecer. Isso é o que realmente vemos que tem acontecido em muitos casos.

E outra, Dr. Alexej: eu acho que, com a sua experiência, uma das críticas que eu tenho feito já, Relator, e eu acho que podemos avançar, é o que eu considero uma interpretação extensiva da lei, porque não se permite o investimento em empresas de capital fechado. É exatamente por conta da transparência que um fundo de pensão deve investir numa empresa que esteja na Bolsa ou que seja de capital aberto, para que possa haver um acompanhamento. E aí, o que é que fazem as empresas? Criam um FIP, muitas vezes exclusivo, só com aquela empresa que é de capital fechado. E aí, no FIP, sim, é permitido, pelas regras da CVM, esse aporte de recursos.

Então, quem faz o aporte do fundo de pensão, em tese, não está infringindo a lei. Agora, eu acho que é uma regra que tem permitido, demasiadamente, vários desvios; é o que nós temos permitido, mas temos que avançar. Não é admissível que haja uma restrição para as empresas de capital fechado, mas um fundo que, muitas vezes, pode ser exclusivamente com a empresa, recebe aportes limitados dos fundos de pensão.



Não sei se V.Sa. gostaria de fazer algum comentário sobre essa regra e sobre sua experiência nesse sentido. Gostaria? *(Pausa.)* Não gostaria.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, antes de encerrar, eu só queria saber qual é mesmo o nome do cidadão que fazia parte das articulações com o Fabrício. Luna? Como é o nome dele? Luna?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - *(Ininteligível.)* ... no relatório da SEC.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - No relatório da SEC, que faz depoimento? A gente consegue lá, mas acho que é Luna.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Confirma se foi assinado o documento passado aqui às mãos da Presidência? O Saulo providenciará uma cópia ao final.

Só para dar conhecimento aos senhores:

“Declaro, perante a CPI dos Fundos de Pensão da Câmara dos Deputados, que não tenho qualquer óbice quanto à transferência dos meus sigilos bancário, fiscal e telefônico, no período de janeiro de 2006 a dezembro de 2012, ficando sob a responsabilidade desta Comissão as providências legais necessárias, inclusive a deliberação de recolhimento fundamentado, para a efetivação das referidas transferências junto aos órgãos competentes. Por ser verdade, assino a presente declaração.

Alexej Predtechensky”

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Predtechenski.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Predtechenski. Alexej Predtechensky.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Eu, quando era criança, demorei para aprender também. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Efraim também não é dos mais fáceis não, mas a gente vai...

Rodrigo Nascimento Dall'Acqua, Advogado.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Até o final dos trabalhos da Comissão, nós vamos aprender a pronunciar corretamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu vou ficar com a sugestão dele de chamá-lo sempre de Alexej.



Passo às mãos do Relator a declaração.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E para as considerações finais...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, antes das declarações finais, dada a declaração, eu requeiro a V.Exa. que já façamos o expediente, através desta Comissão, pedindo ao Banco Central e também...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não podemos ainda, Sr. Relator, porque tem que ser aprovado o requerimento fundamentado. Ele apenas assinou a declaração dizendo que não há óbice.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Então nós vamos protocolar o requerimento com a maior celeridade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Protocolaremos o requerimento para que possa ser aprovado, e assim procederemos às questões legais.

Passo a palavra ao Dr. Alexej para as considerações finais.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Sr. Presidente, eu queria aproveitar, então, como eu falei no começo, e entregar-lhe aqui uma pilha de documentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para o Relator se divertir no final de semana. *(Risos.)*

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Então, aqui estão, aliás o senhor já pegou o TAC e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Já peguei o TAC, o termo de ajuste de conduta, com relação à RTSA, e o acordo de 2010 do reconhecimento do Ministério do Planejamento sobre o...

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Então, aqui constam dois ofícios à PREVIC solicitando acesso à documentação para ter o direito de defesa, onde a PREVIC nos nega o acesso a essa documentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Este é o processo integral da CVM do caso Fabrício, da conta, do *trust* e da conta, o laudo grafotécnico. Está tudo aqui, com tradução juramentada, tudo aí.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu agradeço. O que mais temos?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - E aqui estão todas as nossas respostas aos autos de infração, onde demonstram, vamos dizer assim, a mão pesada da PREVIC. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. Agradeço.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Eu gostaria que, se o senhor pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Desde já.

Deixa-me só passar aqui às mãos do Secretário Saulo.

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Esse aqui é o ofício que encaminha e esse aqui seria só o protocolo de que o senhor recebeu, ou alguém recebeu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Assinarei agora como Presidente. *(Pausa.)*

Deixe-me só ver aqui: Ação Fiscal 2012...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É só para conferir. Só a primeira. Bem, foi dito aqui verbalmente, já está conferido.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ele queria fazer a conferência, porque é da cautela do Secretário, mas como o senhor falou verbalmente, logicamente, eu só vou dar conta do que verbalmente me foi entregue.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Algo mais?

O SR. ALEXEJ PREDTECHENSKY - Não. Eu só gostaria, então, de agradecer aí a oportunidade de poder esclarecer algumas dúvidas. Espero que tenha esclarecido e me coloco à disposição novamente desta CPI a qualquer momento. Muito obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem. Agradecido.

Semana que vem a nossa perspectiva será ouvir na terça-feira o Sr. Milton Pascowitch sobre as relações com o Sr. José Dirceu, Engevix e outros contatos junto aos fundos de pensão.



Na quinta-feira estava previsto o Presidente da CVM... Não, perdão, estava previsto o Presidente do BNY Mellon, mas ele se encontra em viagem aos Estados Unidos — espero que seja para voltar com boas notícias de acordos feitos em nome dos representantes do POSTALIS, dos membros, dos beneficiários, dos aposentados. Ele pediu adiamento para o final do mês. Portanto, em substituição, na quinta-feira, estará conosco o Dr. João Carlos Ferraz, ex-Presidente da Sete Brasil, que foi o Presidente que, à época, fez a gestão junto aos fundos de pensão para obter recursos de cerca de 3 bilhões de reais do POSTALIS... Perdão, do POSTALIS não; da FUNCEF, da PETROS e da PREVI. Só dos três fundos ele obteve quase 3 bilhões de reais, e vamos saber como o Sr. João Carlos Ferraz conseguiu esse poder de convencimento junto aos fundos de pensão. Será na próxima quinta-feira e, na terça-feira, o Dr. Milton Pascowitch.

Será uma semana bastante animada. Peço à Penha que reforce a cota de barrinhas para os que acompanham a CPI.

Quero agradecer ao Deputado Alexej, ao Dr. Rodrigo e a presença dos senhores e senhoras. Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária, para tomar depoimento do Sr. Milton Pascowitch, a realizar-se na próxima terça-feira, dia 15 de setembro, às 14h30min, em plenário a ser informado oportunamente.

Está encerrada a presente reunião.